

*Que É Cultura?*

**D**e início será acertado olhar superficialmente o panorama da cultura, em tôdas as suas manifestações, a vôo de pássaro. Ele é, obviamente, o todo integral constituído por implementos e bens de consumo, por cartas constitucionais para os vários agrupamentos sociais, por idéias e officios humanos, por crenças e costumes. Quer consideremos uma cultura muito simples ou primitiva, ou uma extremamente complexa e desenvolvida, deparamo-nos com uma vasta aparelhagem, em parte material, em parte humana, em parte espiritual, com a ajuda da qual o homem é capaz de lidar com os problemas concretos, específicos, com que se defronta. Esses problemas surgem do fato de que o homem tem um corpo sujeito a várias necessidades orgânicas, e que ele vive num ambiente que é o seu melhor amigo; visto que ele fornece as matérias-primas para o seu trabalho manual, e é também um seu perigoso inimigo, porquanto abriga muitas forças hostis.

Nesta formulação despreocupada e certamente despretenhiosa, que será elaborada peça por peça, em primeiro lugar consideramos implícito que a teoria da cultura deve tomar sua posição baseada no fato biológico. Os seres humanos são uma espécie animal. Estão sujeitos a condições elementares que têm de ser atendidas de modo que os indivíduos possam sobreviver, a raça continuar e os organismos em conjunto ser mantidos em condições de funcionamento. Ademais, com sua bagagem de artefatos e sua capacidade para produzi-los e apreciá-los, o homem cria um ambiente secundário. Nada de novo foi dito até agora, e definições semelhantes de cultura têm sido proferidas e aperfeiçoadas. Tiraremos, todavia, uma ou duas conclusões adicionais.

Em primeiro lugar, é claro que a satisfação das necessidades orgânicas ou básicas do homem e da raça é um conjunto mínimo de condições impostas a cada cultura. Os problemas apresentados pelas necessidades nutritivas, reprodutivas e higiênicas do homem devem ser resolvidos. Eles são solucionados pela construção de um novo ambiente, secundário ou artificial. Esse ambiente, que não é mais nem menos do que a cultura propriamente dita, tem de ser permanentemente reproduzido, mantido e administrado. Isto cria o que podia ser descrito, no sentido mais amplo da expressão, como um novo padrão de vida, que depende do nível cultural da comunidade, do ambiente e da eficiência do grupo. Um padrão de vida cultural, contudo, significa que novas necessidades se impõem e novos imperativos ou determinantes são inculcados ao comportamento humano. A tradição cultural, é claro, tem de ser transmitida de cada geração para a geração seguinte. Os métodos e mecanismos de caráter educacional devem existir em toda cultura. A ordem e a lei têm de ser mantidas, uma vez que a cooperação é a essência de toda realização cultural. Em toda comunidade devem existir disposições para a sanção de costumes, ética e leis. O substrato material da cultura tem de ser renovado e mantido em condições de funcionamento. Por isso, algumas formas de organização econômica são indispensáveis, mesmo nas culturas mais primitivas.

Por conseguinte, o homem tem de satisfazer, antes de mais nada, tôdas as necessidades de seu organismo. Tem de criar condições e trabalhar para alimentar-se, aquecer-se, abrigar-se, vestir-se ou proteger-se do frio, do vento e das intempéries. Tem de proteger-se e organizar essa proteção contra inimigos e perigos externos, físicos, animais ou humanos. Todos estes problemas fundamentais dos seres humanos são solucionados para o indivíduo por artefatos, organização em grupos cooperativos e também pelo desenvolvimento do conhecimento: um sentido de valor e ética. Tentaremos demonstrar que pode ser desenvolvida uma teoria na qual as necessidades básicas e sua satisfação cultural podem ser vinculadas à derivação de novas necessidades culturais e essas novas necessidades impõem ao homem e à sociedade um tipo secundário de determinismo. Seremos capazes de fazer a distinção entre imperativos instrumentais — emergentes de tipos de atividades

tais como econômicas, normativas, educacionais e políticas — e imperativos integrativos. No caso, enumeraremos conhecimento, religião e magia. Quanto às atividades artísticas e recreativas, podemos relacioná-las diretamente a certas características fisiológicas do organismo humano, e também mostrar sua influência e dependência com respeito a modos de ação combinada a crenças mágicas, industriais e religiosas.

Se uma tal análise nos revela que tomando uma cultura individual como um todo coerente podemos definir uma série de determinantes gerais aos quais ela se tem de conformar, seremos capazes de fazer uma série de predições como orientação para pesquisa de campo, como medidas para tratamento comparativo e como medidas comuns no processo de adaptação e mudança culturais. Deste ponto-de-vista a cultura não nos aparecerá como uma "colcha de retalhos", como tem sido descrita até muito recentemente por um ou dois antropólogos competentes. Seremos capazes de rejeitar a opinião de que "nenhuma medida comum dos fenômenos culturais pode ser encontrada" e que "as leis dos processos culturais são vagas, insípidas e inúteis".

A análise científica da cultura, contudo, pode apontar para outro sistema de realidades que também se adapta às leis gerais, e pode assim ser usada como um guia para trabalho-de-campo, como um meio de identificação de realidades culturais e como uma base de engenharia social. A análise apenas esboçada, na qual tentamos definir a relação entre uma realização cultural e uma necessidade humana, básica ou derivada, pode ser denominada funcional. Pois função não pode ser definida de nenhuma outra maneira senão como a satisfação de uma necessidade por uma atividade na qual os seres humanos cooperam, usam artefatos e consomem bens. Não obstante, esta mesma definição implica outro princípio com o qual podemos concretamente integrar qualquer fase de comportamento cultural. O conceito essencial, no caso, é o de organização. A fim de realizar qualquer objetivo, atingir qualquer fim, os seres humanos têm de se organizar. Como demonstraremos, a organização implica um esquema ou estrutura muito definido, do qual os principais fatores são universais, porquanto são aplicáveis a todos os grupos organizados, os

quais, por sua vez, na sua forma típica, são universais para toda a espécie humana.

Proponho chamar tal unidade de organização humana pelo velho termo, nem sempre claramente definido ou consistentemente usado, instituição. Este conceito implica uma concordância sobre uma série de valores tradicionais por força dos quais os homens se reúnem. Ele implica também que esses seres humanos se situam em relação definida uns com os outros e em relação a uma parte física específica de seu ambiente, natural e artificial. De acordo com sua carta de princípios ou por mandato tradicional, obedecendo às normas específicas de sua associação, operando por meio da aparelhagem material que manipulam, os seres humanos agem em conjunto e assim satisfazem alguns de seus desejos, ao mesmo tempo que imprimem uma marca em seu ambiente. Esta definição preliminar terá de ser tornada mais precisa, mais concreta e mais convincente. Neste caso, novamente, desejo antes de tudo insistir em que a menos que o antropólogo e seus colegas humanistas concordem sobre o que é a "unidade definida na realidade cultural concreta, jamais haverá qualquer ciência de civilização. E neste caso também, se chegarmos a uma tal concordância, se pudermos criar alguns princípios universalmente válidos de ação institucional, lançaremos uma vez mais o alicerce científico para as nossas investigações empíricas e teóricas.

Nenhum desses dois esquemas de análise, obviamente, implica que todas as culturas são idênticas, nem ainda que o estudioso da cultura deva estar mais interessado em idêntidades ou similaridades do que em diferenças. Eu sugiro, todavia, que a fim de compreender divergências é indispensável uma medida de comparação clara e comum. Seria possível demonstrar, além disso, que a maioria das divergências que são freqüentemente atribuídas à índole nacional ou tribal específicas — e isso não somente na teoria do nacional-socialismo — é a razão para as instituições organizadas em torno de alguma necessidade ou valor altamente especializado. Tais fenômenos como a caça de cabeças, os extravagantes rituais de morte ou maneiras de sepultar, e práticas de magia, podem ser melhor entendidos como elaboração local de tendências e

idéias essencialmente humanas mas acentuadamente hipertrofiadas.

Nossos dois tipos de análise, funcional e institucional, nos permitirão definir cultura mais concretamente, mais precisa e exaustivamente. A cultura é um conjunto integral de instituições em parte autônomas, em parte coordenadas. Ela se integra à base de uma série de princípios, tais como: a comunidade de sangue, por meio da procriação; a contigüidade espacial, relacionada à cooperação; a especialização de atividades; e, por fim, mas não menos importante, o uso do poder na organização política. Cada cultura deve sua integridade e sua auto-suficiência ao fato de que satisfaz toda a gama de necessidades básicas, instrumentais e integrativas. Sugerir, por conseguinte, como tem sido feito recentemente, que cada cultura abrange apenas um pequeno segmento de sua área potencial é, pelo menos num sentido, radicalmente errado.

Fôssemos nós descrever tôdas as manifestações de cada cultura no mundo, encontraríamos obviamente elementos tais como o canibalismo, a caça de cabeças, a "couvade",<sup>1</sup> o "potlatch",<sup>2</sup> a "kula",<sup>3</sup> a cremação, a mumificação e um vasto rol de minuciosas excentricidades periféricas. Dêste ponto-de-vista é claro que nenhuma cultura abrange todas as extravagâncias e excentricidades catalogadas de muitas outras. Acredito, todavia, que essa abordagem é essencialmente anti-científica. Deixa, em primeiro lugar, para definir, de acôrdo com os princípios de relevância, os elementos de uma cultura que podem ser considerados reais e de significação. Deixa também de nos dar qualquer pista para os costumes ou dispo-

<sup>1</sup> *Couvade* — variedade de costume que envolve a simulação pelo marido das experiências do nascimento da criança e do período de resguardo.

<sup>2</sup> *Potlatch* — festim institucionalizado acompanhado por distribuição de presentes e, em alguns casos, destruição de bens pelo fogo. Era um meio de se obter status social entre os índios da costa noroeste dos Estados Unidos.

<sup>3</sup> *Kula* — sistema de trocas cerimoniais intergrupais e interinsulares de braceletes e colares rituais no Sudoeste da Melanésia.

Fonte: *A Dictionary of the Social Sciences*, ed. por Julius Gould e William L. Kolb, organizado sob os auspícios da UNESCO, Glencoe, Illinois, The Free Press of Glencoe.

sições aparentemente exóticas. Na verdade, devemos ser capazes de demonstrar que algumas realidades que parecem estranhas à primeira vista são essencialmente aparentadas aos elementos culturais humanos verdadeiramente universais e fundamentais; e o próprio reconhecimento disso permitirá a explicação, ou seja a descrição, em termos comuns, de costumes exóticos.

Será também necessário, naturalmente, introduzir o elemento tempo, isto é, o elemento de mudança. Tentaremos demonstrar que todos os processos evolucionários ou de difusão acontecem, em primeiro lugar, na forma de mudança institucional. Quer na forma de invenção ou como um ato de difusão, um novo artifício técnico se incorpora a um sistema já estabelecido de comportamento organizado e gera gradualmente uma completa reforma dessa instituição. Ademais, nos termos de nossa análise funcional, demonstraremos que nenhuma invenção, nenhuma revolução, nem mudança social ou intelectual, jamais ocorre, exceto quando são criadas novas necessidades; e em consequência novos artifícios de técnica, de conhecimento ou de crença são adaptados ao processo ou a uma instituição cultural.

Este breve enunciado, que é realmente um esboço para a nossa análise subsequente, mais completa, indica que a Antropologia científica consiste numa teoria de instituições, ou seja, numa análise concreta das unidades tipo de uma organização. Como uma teoria de necessidades básicas e uma derivação de imperativos instrumentais e integrativos, a Antropologia científica nos dá a análise funcional, que nos permite definir a forma, assim como a significação, de uma idéia habitual ou intenção comum. Pode ser facilmente percebido que tal abordagem científica de maneira alguma ultrapassa ou nega a validade das pesquisas históricas ou evolucionárias. Ela simplesmente as suplementa com uma base científica.

## Teoria do Comportamento Organizado

O FATO essencial da cultura, como a vivemos e experimentamos, como a podemos observar cientificamente, é a organização dos seres humanos em grupos permanentes. Esses grupos se relacionam por algum acôrdo, uma lei ou costume tradicional, algo que corresponde ao *contrat social* de Rousseau. Sempre os vemos cooperando dentro de um contexto material determinado: uma parte do ambiente reservada para seu uso, uma equipagem de ferramentas e artefatos, uma porção de riqueza que é a sua por direito. Na sua cooperação eles obedecem às regras técnicas de seu *status* ou ofício, às regras sociais de etiqueta, considerações de costume assim como também os costumes legais, religiosos e morais que enformam o seu comportamento. É sempre possível, também, definir e determinar sociologicamente que efeito as atividades de um agrupamento humano assim organizado produzem, que necessidades satisfazem, que serviços prestam a si mesmo e à comunidade como um todo.

Será justo estabelecer esta definição geral plausível por meio de uma breve referência empírica. Examinemos de início sob que condições a iniciativa privada se torna um fato cultural. A invenção de um novo artifício tecnológico, a descoberta de um novo princípio ou a formulação de uma nova idéia, uma revelação no sentido religioso ou um movimento estético e moral, continuam culturalmente irrelevantes a menos e até que sejam traduzidos numa série organizada de atividades de cooperação. O inventor tem de registrar uma patente e organizar uma companhia para a produção de seu novo invento. Tem, por conseguinte e acima de tudo, de convencer algumas pessoas de que seu invento vale a pena ser industrializado, e em

conseqüência outros terão de ser convencidos de que vale a pena comprar o artigo resultante. Uma companhia tem de ser organizada e registrada, o seu capital tem de ser agenciado, a técnica tem de ser aperfeiçoada, e em seguida a campanha industrial é lançada. Esta consiste de atividades de produção, comerciais e de publicidade que podem ter êxito ou não; em outras palavras, podem preencher uma função econômica definida, satisfazendo uma nova necessidade depois de ter sido esta criada, como é o caso do rádio, ou de outro modo satisfazer com mais sucesso uma velha necessidade, como a de numerosos produtos tais como a sêda artificial, *nylon*, os cosméticos mais eficazes ou uma nova marca de uísque.

Da mesma maneira uma nova revelação, tal como a que ocorreu a Mrs. Mary Baker Eddy ou a Mrs. Aimée Semple MacPherson ou Joseph Smith ou Frank Buchman, tem de ser em primeiro lugar provada perante um grupo de pessoas. Elas então se organizam, ou seja, se equipam materialmente, e adotam uma série de regras de *status* e regras de desempenho, com as quais realizam suas atividades rituais e praticam os seus princípios dogmáticos e morais. Dêste modo, satisfazem uma série de necessidades espirituais, menos básicas sem dúvida do que as relacionadas a tecidos de sêda artificial ou a uma marca de uísque, mas, não obstante, reais. Uma descoberta científica tem igualmente de ser consubstanciada e documentada por meio da aparelhagem de um laboratório, referência de observação ou documentação estatística, assim como da palavra escrita. Tem de ser aplicada praticamente ou pelo menos relacionada a outros ramos de conhecimento, e então pode-se dizer ter preenchido a função científica específica de haver aumentado o nosso conhecimento. Se fôssemos examinar dêste ponto-de-vista qualquer movimento, tais como a proibição (de bebidas alcoólicas, nos E.U.A.) ou o controle da natalidade, o fundamentalismo ou o nudismo, uma comissão para a melhoria das relações raciais, ou uma organização como o Bund,<sup>1</sup> a Ku-Klux-Klan, ou a Ação Social do Padre Coughlin, veríamos que em todos eles podemos constatar uma certa concordância na afirmação de um propósito comum assim como entre os membros do movimento. Teríamos tam-

<sup>1</sup> Confederação judaica. (N. do T.)

bém de estudar a organização de tal movimento com relação à liderança, direitos de propriedade, divisão de funções e atividades, direitos e benefícios auferidos. Teríamos de registrar as regras e os regulamentos técnicos, éticos, científicos e legais orientadores do comportamento do grupo; seria desejável cotejar tais regulamentos com os desempenhos reais das pessoas. Finalmente, teríamos de estimar a posição desse grupo com relação à comunidade como um todo, ou seja definir sua função.

Fiéis aos nossos princípios, começamos por nossa própria civilização, convencidos de que a Antropologia bem poderia ter início em casa. Começamos também por analisar se qualquer idéia, princípio, artifício, revelação religiosa ou princípio moral tem qualquer relevância social ou cultural sem ser organizado. Nossa resposta foi claramente negativa. Um ponto-de-vista, um movimento ético, a maior descoberta industrial, são culturalmente inexistentes enquanto estiverem confinados à cabeça de uma só pessoa. Tivesse Hitler desenvolvido tôdas as suas doutrinas raciais, tôdas as suas visões de uma Alemanha nazificada e de um mundo escravizado aos seus legítimos donos, os nazistas alemães; tivesse êle massacrado todo o povo judeu, polonês, holandês ou britânico e efetuado a conquista do mundo — tivesse êle feito tudo isso apenas na sua cabeça, o mundo teria sido mais feliz e a ciência da cultura e da selvaria teria sido privada de um dos seus mais monstruosos exemplos, se bem que o mais revelador de como a iniciativa privada, caindo em solo fértil, pode conduzir ao desastre universal e ao derramamento de sangue, à fome e à corrupção em escala mundial. Poderíamos fazer afirmações semelhantes, num tom diferente, a respeito das descobertas de Isaac Newton, das peças de Shakespeare, das idéias de Maomé ou São Francisco, ou do próprio fundador da cristandade. Nem a História, nem a Sociologia, nem a Antropologia têm nada a ver com o que fica dentro do cérebro de um indivíduo, por mais que nêle haja de gênio, visão, inspiração ou malignidade. Daí, o princípio geral aqui desenvolvido de que a ciência do comportamento humano começa com a organização.

Todavia, há tipos de atividades combinadas que não são devidos à execução da iniciativa individual dentro do movimento histórico em que ocorrem. Tôda criatura humana nasce dentro de uma família, uma religião, um sistema de conheci-

mento, e freqüentemente dentro de uma estratificação social e uma constituição política, que, tendo muitas vezes existido durante séculos, não mudaram ou mesmo foram afetadas durante sua vida. Completamos, por conseguinte, a nossa análise anterior e olhemos à nossa volta, acompanhando de fato os nossos próprios destinos num dia de trabalho ou na história de uma vida. Verificaremos novamente que por tôda parte e em cada desempenho efetivo o indivíduo pode satisfazer seus interesses ou necessidades e levar a cabo tôda e qualquer ação efetiva apenas dentro de grupos organizados ou por meio da organização de atividades. Considere sua própria existência ou a de qualquer um de seus amigos ou conhecidos. O indivíduo vai dormir e acorda em sua casa, numa hospedaria, num acampamento, ou em alguma "instituição", seja ela a prisão de Sing Sing, um mosteiro ou um colégio residencial. Cada uma dessas instituições representa um sistema de atividades coordenadas e organizadas, nas quais serviços são prestados ou recebidos, nas quais um abrigo material com o mínimo de conforto, ou o máximo, é fornecido, e que são operadas com uma certa despesa e pagas pelos seus serviços e que empregam um grupo organizado de pessoas que as dirigem e que estabelecem um conjunto de regras, mais ou menos codificadas, que os internos têm de obedecer.

A organização de tôdas e cada uma dessas instituições, quer sejam domésticas, residenciais ou correcionais, é baseada numa lei constitucional, num conjunto de valores e acôrdos. Cada uma delas também satisfaz um conjunto de necessidades dos internos e da sociedade em geral, e assim preenche uma função. A menos que lidemos com um mosteiro ou Sing Sing, o indivíduo, depois que despertou, desempenha as indispensáveis atividades sanitárias e abluções, toma a sua refeição matinal e sai. Dirige-se então a um centro de atividades, ou por outra faz algumas compras ou apregoa suas mercadorias ou idéias, exercendo de algum modo a arte de vender. Em cada caso suas atividades são determinadas por sua relação com algum negócio comercial ou industrial, com uma escola ou instituição religiosa, com uma associação política ou organização recreativa da qual êle é dirigente ou empregado. Se fôssemos investigar o comportamento diário de qualquer indivíduo, masculino ou feminino, moço ou velho, sadio ou doente,

verificaríamos que tôdas as fases de sua existência devem estar relacionadas a um ou outro dos sistemas de atividades organizadas nos quais nossa cultura pode ser subdividida e que em seu conglomerado realmente constituem nossa cultura. No lar e no escritório, na residência e no hospital, no clube e na escola, no diretório político e na igreja, em tôda parte encontramos um lugar, um grupo, um conjunto de regulamentos e regras de técnica, e também um estatuto e uma função.

Uma análise mais completa demonstraria, além disso, que em cada caso temos um fundamento objetivo muito definido para nossa análise, no estudo do meio ambiente com os objetos específicos a êle pertencentes — os edifícios, o equipamento e o capital empregado numa instituição. Verificaríamos também que para compreender um clube atlético ou um laboratório científico, uma igreja ou um museu, teríamos de nos familiarizar com as regras legais, técnicas e administrativas que coordenam as atividades dos membros. O pessoal que opera qualquer das instituições acima mencionadas tem de ser analisado como um grupo organizado. Isso significa que teríamos de definir a hierarquia, a divisão de funções, e o *status* legal de cada membro, assim como também suas relações com os outros. As regras ou normas, todavia, invariavelmente são redigidas de forma a definir o comportamento ideal. O cotejo dêsse ideal com referência ao desempenho real é uma das mais importantes tarefas do antropólogo ou sociólogo empenhado em trabalho-de-campo científico. Por êste motivo, em nossa análise, distinguiríamos sempre, clara e explicitamente, as regras ou normas das atividades.

A organização de cada um dêsses sistemas de atividades também implica a aceitação de certos valores e leis fundamentais. É sempre a organização de pessoas para um fim determinado, aceito por elas, e reconhecido pela comunidade. Mesmo se fôssemos considerar uma quadrilha de criminosos, verificaríamos que ela também tem seu próprio estatuto definindo suas metas e propósitos, embora a sociedade como um todo, especialmente seus órgãos encarregados da lei e da ordem, considere uma tal organização como criminosa, isto é, como perigosa e que deve ser descoberta, erradicada e punida. Assim, uma vez mais, é claro que o estatuto, ou seja, o propósito reconhecido do grupo, e a função, isto é, o efeito integral

das atividades, têm de ser claramente diferenciados. O estatuto é a idéia da instituição como mantida por seus membros e definida pela comunidade. A função é o papel dessa instituição dentro do esquema total de cultura, como definida pelo sociólogo que investiga uma cultura primitiva ou desenvolvida.

Em suma, se quiséssemos dar uma descrição de uma existência individual em nossa própria civilização ou em qualquer outra, teríamos de vincular suas atividades com o esquema social de vida organizada, isto é, com o sistema de instituições vigorantes nessa cultura. Além disso, a melhor descrição de qualquer cultura, em termos de realidade concreta, consistiria em listar e analisar tôdas as instituições em que essa cultura está organizada.

Eu sugiro que êsse tipo de abordagem sociológica é o que *de facto* tem existido, embora como uma regra de algum modo implícita, praticada por historiadores, por estudiosos de Economia, Política ou qualquer outro ramo de Ciência Social, na sua avaliação de culturas e sociedades. O historiador tem tratado em grande parte de instituições políticas. O economista, naturalmente, preocupa-se com instituições organizadas para a produção, comercialização e consumo de mercadorias. Aquêles que têm lidado com a história da ciência ou da religião, ou nos proporcionado análises comparativas de sistemas de conhecimento e de crença, também estiveram fundamentalmente lidando, mais ou menos com êxito, com fenômenos de conhecimento e fé humanos, como entidades organizadas. Não obstante, ao tratar do que são geralmente chamados os aspectos espirituais da civilização, a abordagem sóbria e substancial em termos de organização social nem sempre tem sido reconhecida. As histórias do pensamento filosófico, da ideologia política, das descobertas ou da criação artística têm muito freqüentemente negligenciado o fato de que qualquer forma de inspiração individual apenas se pode tornar inteiramente uma realidade cultural se puder captar a opinião pública de um grupo, equipar a inspiração com meios materiais para sua expressão, e assim consubstanciar-se numa instituição.

O economista, por outro lado, às vêzes é capaz de subestimar o fato de que embora os sistemas de produção e produtividade determinem indubitavelmente tôda a gama de manifestações de vida humana, êles por sua vez são determinados

por sistemas de conhecimento e de ética. Em outras palavras, a posição marxista extremada, que consideraria a organização econômica de um sistema como o determinante final da cultura, parece subestimar dois pontos cardiais na análise aqui apresentada: em primeiro lugar, o conceito de estatuto, pelo qual verificamos que qualquer sistema de produção depende do conhecimento, do padrão de vida definido por toda a série de fatores culturais e de sistema de leis e poder político; em segundo lugar, o conceito de função, pelo qual vemos que a distribuição e consumo são tanto mais dependentes do caráter total de uma cultura quanto da organização produtiva em si mesma. Em outras palavras, a análise aqui proposta exigiria definitivamente que dentro de cada universo específico de raciocínio de qualquer disciplina social, uma medida considerável de fecundação mútua com outros aspectos da realidade cultural devia ser praticada, a fim de evitar hipóstase e pesquisar causas primeiras ou verdadeiras.

Fôssemos nós passar de nossa própria cultura para qualquer outra menos conhecida e mais exótica, encontraríamos exatamente as mesmas condições. A civilização chinesa difere da nossa na organização da vida de família e sua relação com o culto dos antepassados; nas diferenças de suas aldeias e estrutura municipal; na existência de um sistema de clãs extensivo, e, naturalmente, na organização econômica e política do país. Estudando uma tribo australiana, teríamos de acompanhar os pequenos grupos de família, as hordas nas quais as famílias se agrupam, as espécies de casamentos, os graus de idade e os clãs totêmicos. Uma descrição de cada uma dessas unidades adquiriria significação e se tornaria compreensível apenas se estabelecêssemos a relação da organização social com o seu meio material; se fôssemos capazes de captar o código de regras em uso dentro de cada grupo e, novamente, demonstrar que este teve sua origem, para os nativos, de alguns princípios gerais que invariavelmente têm uma ascendência lendária, histórica ou mitológica de revelação precedente e primeva. Ao relacionar os tipos gerais de atividades e seus efeitos sobre a vida total, seríamos capazes de estimar a função de cada sistema de atividades organizadas e assim demonstrar como em conjunto eles fornecem aos nativos alimento e abrigo, ordem e adiestramento, sistemas de orientação ambiental e crença segundo as

quais essas pessoas se colocam em harmonia com o destino geral de suas vidas. O estudioso de civilizações mais elevadas e mais primitivas da grande península asiática da Índia analisaria o sistema de casta em relação ao bramanismo e os mosteiros originados dos dogmas da fé budista. Pela observação de comunidades de aldeias, de ofícios, mercados e empresas industriais, ele chegaria gradualmente a compreender e a ser capaz de explicar como esses nativos obtinham de seu meio ambiente recursos para viver.

Em conseqüência, tanto nas comunidades primitivas como nas civilizadas, verificamos que em primeiro lugar toda ação humana efetiva conduz ao comportamento organizado. Começamos a perceber que esse comportamento organizado pode ser submetido a um esquema analítico definido. Provavelmente percebemos que o tipo dessas instituições, ou unidades de comportamento organizado, apresenta certas similaridades fundamentais através da ampla escala da variedade cultural. Podemos agora, por conseguinte, proceder a uma explícita, quase diagramática, definição do conceito de instituição, que é, como proponho, a legítima unidade da análise cultural.

*As Unidades Concretas do  
Comportamento Organizado*

A FIM de tornar a análise precedente mais definida e mais proveitosa em trabalho-de-campo e em teoria, será melhor representá-la numa forma diagramática, para dar definições claras de vários conceitos que dela derivamos e para suplementá-la com uma lista a mais completa e concreta possível de tipos universalmente válidos. O conceito que estivemos desenvolvendo é o de um sistema organizado de atividades intencionais. Declaramos, antes de mais nada, que os seres humanos nascem ou penetram em grupos tradicionais já formados. Ou, de outro modo, às vezes eles organizam ou instituem tais grupos. Definirei como o estatuto de uma instituição o sistema de valores para a consecução dos quais os seres humanos se organizam ou se filiam a organizações já existentes. Definirei o pessoal de uma instituição como o grupo organizado à base de princípios definidos de autoridade, divisão de funções e distribuição de privilégios e deveres. Os regulamentos ou normas de uma instituição são as habilidades técnicas adquiridas, os hábitos, as normas legais, os preceitos éticos que são aceitos pelos membros ou a eles impostos. Já está claro, talvez, que tanto a organização do pessoal como a natureza dos regulamentos seguidos são definidamente relacionadas ao estatuto. De certo modo tanto o pessoal como os regulamentos são derivados do estatuto e dele dependentes.

Um fato importante foi registrado através de nossa análise: toda organização é invariavelmente baseada e intimamente associada com o meio ambiente material. Nenhuma instituição está suspensa no ar ou flutuando de maneira vaga e indefinida, através do espaço. Todas têm um substrato material, ou seja,

uma porção reservada das disponibilidades ambientais em riqueza, em instrumentos e também uma porção dos lucros decorrentes de atividades combinadas. Organizado em estatuto, atuando por meio de sua cooperação social e organizada, seguindo as regras de sua ocupação específica, usando o aparelhamento material à sua disposição, o grupo empenha-se nas atividades para as quais foi organizado.

A distinção entre *atividades* e *regras* é clara e precisa. As atividades dependem da capacidade, poder, honestidade e boa vontade dos membros. Elas afastam-se invariavelmente das regras, que representam o ideal de desempenho e não necessariamente sua realidade. As atividades, além disso, estão substanciadas no comportamento real; as regras, muito frequentemente em preceitos, textos e regulamentos. Finalmente, apresentamos o conceito de função, isto é, o resultado integral de atividades organizadas, naquilo em que se distinguem do estatuto, ou seja, a finalidade, o objetivo tradicional ou nôvo a ser alcançado. A distinção é essencial.



O diagrama acima apresentado dá uma ilustração concreta, mnemônica, deste argumento. Não é para ser considerado como um *eidos* místico ou um talismã mágico. É simplesmente uma maneira de relacionar, de forma condensada, os resultados da presente análise e de imprimir na mente e na memória a relação entre os vários pontos que colocamos em separado na presente análise. Ele pretende demonstrar, de modo perfeitamente claro, que todo tipo de atividade efetiva tem de ser

organizado de uma maneira, e somente de uma maneira, por meio da qual ela se torna culturalmente estabilizada, ou seja, incorporada à herança cultural de um grupo.

Os resultados de nossa análise, todavia, da forma substanciada no diagrama, são definitivamente ambiciosos. O diagrama representa as proposições que se seguem. Cada instituição, ou seja, tipo organizado de atividade, tem uma estrutura definida. A fim de observar, compreender, descrever e discorrer teoricamente sobre uma instituição, é necessário analisá-la da maneira aqui indicada, e somente dessa maneira. Isso se aplica ao trabalho-de-campo e a quaisquer estudos comparativos entre diferentes culturas, aos problemas de Antropologia e Sociologia aplicadas, e, na verdade, a qualquer abordagem científica em matérias em que a cultura é o principal assunto. Nenhum elemento, "traço", costume ou idéia é definido ou pode ser definido exceto colocando-o dentro de seu ambiente institucional real e relevante. Estamos assim insistindo em que tal análise institucional é não somente possível mas indispensável. É sustentado, no caso, que a instituição é a unidade real da análise cultural. Sustenta-se também que qualquer outro tipo de discussão ou demonstração em termos de traços isolados ou complexos de traços, diferentes daqueles que obedeceriam à integração institucional, deve ser incorreto.

Contudo, a fim de demonstrar ainda mais cabalmente que a estrutura institucional é universal através de todas as culturas, e dentro de qualquer manifestação cultural, será melhor fazer primeiro uma outra generalização ampla porém importante. Parece-me que, ainda que instituições tais como a família, o Estado, o grupo de idade ou a congregação religiosa variem de uma cultura para a outra e, em alguns casos, dentro da mesma cultura, é possível elaborar uma lista dos tipos ou classes representativos de qualquer e toda a cultura. Em outras palavras, cu sustentaria que a família e o tipo de atividade baseado num contrato de casamento permanente, no qual a reprodução, a educação e a cooperação doméstica são os interesses dominantes, podem ser catalogados como um fato universal da cultura. Tentemos organizar esta lista. Isto podia ser concebido como um artifício útil para qualquer investigador de campo que se dirigisse a alguma zona selvagem ou civilizada ainda não estudada, e intentasse identificar, observar

e registrar todos os tipos relevantes de comportamento organizado. Essa lista seria também uma medida útil na pesquisa comparativa, quer orientada sobre linhas evolucionistas, difusionistas ou históricas. Constituiria também prova de que, num certo sentido, toda cultura envolve uma base de combinações intencionais, concretas e organizadas de seres humanos em grupos de atividades estáveis.

A fim de organizar essa lista talvez fosse melhor considerar os princípios gerais que unem os seres humanos e os integram em grupos permanentes. Temos, naturalmente, antes de mais nada, a reprodução. Em todas as sociedades humanas, a reprodução, isto é, a relação entre marido e mulher, e pais e filhos, resulta na formação de grupos pequenos mas extremamente importantes. Podemos falar, por conseguinte, do princípio reprodutivo de integração ou o princípio de parentesco, isto é, relacionamento de sangue e relação de casamento. Sob esse título teríamos de relacionar instituições tais como a família, incluindo o contrato de casamento, regras de descendência e leis de organização doméstica. Os vínculos de paternidade, ou seja, a relação recíproca entre pais e filhos, sempre se estendem e resultam na formação de grupos aparentados, extensos. Estes ou consistem em aglomerações de famílias individuais sob a autoridade de um patriarca ou uma matriarca, ou na formação dos chamados grupos de parentesco classificatório geralmente denominados por expressões como *sipe*,<sup>1</sup> *clã*,<sup>2</sup> "*gens*"<sup>3</sup> ou *fratria*.<sup>4</sup> Há um grande número de distinções, como é bem conhecido, como a entre a descendência matrilinear e a patrilinear, o casamento matrilocal e patrilocal, o sistema dual, o sistema de clã de pares múltiplos. A despeito das várias controvérsias quanto às "origens" do casamento

1 *Sipe* — grupo de descendência unilinear, em geral exógamo e totêmico.

2 *Clã* — é usada em dois sentidos: ora designa o mesmo que *sipe*, ora designa a *sipe* matrilinear.

3 *Gens* — *sipe* patrilinear.

4 *Fratria* — conjunto de *sipes*.

Fonte: *A Dictionary of the Social Sciences*, ed. por Julius Gould e William L. Kolb, organizado sob os auspícios da UNESCO, Glencoe, Illinois, The Free Press of Glencoe.

e da família, acerca da real significação do sistema de organização em clã e das manifestações lingüísticas e outras dos sistemas de parentesco classificatório, permanece o fato de que nenhum investigador de campo competente pode estudar uma tribo sem estar perfeitamente familiarizado com a teoria geral da vida de família primitiva, a lei de descendência e parentesco, e a formação dos grupos extensos de parentes. Poderíamos observar, por conseguinte, de maneira muito resumida que, sob o princípio reprodutivo de integração social, a lei do casamento, descendência e parentesco, com tôdas as suas conseqüências para a estrutura social, tem de ser estudada.

Outro princípio geral de agrupamento é o da propinquidade e contigüidade. A essência da vida social é a cooperação. As pessoas sòmente podem trocar serviços, trabalhar juntas, fiar-se em se ajudar umas às outras no tocante a tarefas e habilidades, quando estão ao alcance umas das outras. E inversamente, as pessoas em vizinhança próxima devem chegar a alguma concordância sòbre uma série de pontos. Devem delimitar os seus direitos de residência, seu uso de objetos de interesse e utilidades gerais. Têm de, às vêzes, agir conjuntamente quando algum perigo, calamidade ou negócio premente as convoca à ação. Obviamente, o menor grupo de vizinhança é o grupo domiciliar, de forma que esta série se inicia com a mesma instituição, como a que discutimos acima. Embora invariavelmente tenhamos também algumas formas de organização que abrangem várias famílias e outras unidades de parentesco. O grupo local pode consistir de uma horda nômade, uma aldeia sedentária, uma pequena municipalidade ou distrito, ou ser simplesmente a organização de povoados ou domicílios dispersos. Todavia, uma vez que existem, como foi observado acima, vantagens definidas na organização, embora a falta de organização seja impossível, porque deixaria sem solução uma série de questões candentes, é sempre possível determinar a instituição que podemos chamar *municipalidade* no sentido mais amplo da expressão, ou o grupo local. O princípio de propinquidade, como o de parentesco, pode ser estendido em vários graus. Neste caso, prevalece uma latitude muito maior e, de acôrdo com a situação, poderíamos falar de áreas, distritos, províncias, de tôdas ou de cada uma, sempre tendo em mente que as podemos catalogar como instituições

apenas até o ponto em que são definitivamente organizadas. Quanto mais ampla fôsse tal unidade territorial de cooperação potencial, troca de serviços e comunidades de interesses, tanto maior seria a tribo, no sentido cultural do termo.

Outro princípio natural de distinção e de integração é o vinculado com a fisiologia e a anatomia humanas. Nisso os seres humanos diferem no tocante a sexo, idade, e, fato de muito menos significação, no que concerne a certos estigmas, deficiências e doenças inatas. Ao ser estabelecida uma organização unindo todos os machos com exclusão de tôdas as fêmeas, podemos dizer que temos grupos de sexo institucionalizados. Isso geralmente ocorre como um subproduto de outras atividades. Mesmo nas tribos primitivas há uma divisão coletiva de funções como entre homens e mulheres. Apenas muito raramente, como por exemplo em algumas tribos australianas, encontramos uma divisão perfeitamente clara em clãs totêmicos masculinos e femininos. Mais freqüentemente a organização de acôrdo com o sexo se relaciona a outro sistema aqui catalogado: o de grupos de idade ou de graus de idade. Este fenômeno é muito amplamente distribuído e, num certo sentido, é universal. É universal a partir da mais primitiva cultura até a nossa moderna civilização ocidental, porque certas fases da vida humana são delimitadas, e a essas etapas correspondem períodos de completa dependência do meio social, como na infância e até certo ponto na meninice; o período de adiestramento e aprendizagem; o período da adolescência, como entre a maturidade sexual e o casamento; o período da plena participação na vida tribal; e, finalmente, a fase da senilidade. Esta última pode ou ser associada a grande influência na vida tribal ou nos negócios nacionais, para a qual uma palavra etnográfica — gerontocracia — foi cunhada; ou, por outra, significa que aos velhos e velhas se permite vegetarem, virtualmente segregados da vida tribal corrente, em sua plenitude. Em algumas culturas, as anormalidades físicas e mentais, tais como a inversão sexual, ou tendências histéricas ou epilépticas, formam a base de uma organização de grupo, às vêzes vinculada ao xamanismo, às vêzes constituindo uma casta parcialmente proscrita.

O princípio de associação, ou seja, de agrupamento voluntário por iniciativa individual, deve ser distinguido dos princí-

pios já enumerados. A filiação a sociedades secretas, clubes e grupos recreativos e artísticos depende desse princípio. Nesse caso, também temos um tipo de fenômeno institucional que pode ser descoberto, pelo menos em suas formas rudimentares, mesmo entre os povos mais primitivos, e que percorre todas as etapas evolucionárias, sendo tão acentuado em nossa cultura quanto entre os polinésios e os negros da África Ocidental. No caso, como no sistema de grupos de idade acima descrito, temos muito freqüentemente um sistema de ritos de iniciação, freqüentemente um entreato econômico, às vezes rigorosamente secreto e misterioso, às vezes ostensivo e público.

O quinto princípio de integração de grande importância, que aumenta com a evolução da humanidade, é o da habilitação, adestramento e preferência ocupacionais. Este, claramente, é um tipo muito menos específico, porque as distinções quanto à ocupação, adestramento e diferenciações de atividades típicas variam mais de cultura para cultura do que as diferenças em necessidades de reprodução ou territoriais. Aqui, todavia, encontraríamos invariavelmente em todas as culturas instituições ocupacionais vinculadas à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos e outros bens. Encontraríamos, assim, equipes cooperativas entre os mais simples coletores, entre caçadores, pescadores e agricultores. Encontraríamos congregações mágicas e religiosas como o clã totêmico, o grupo de parentesco empenhado no culto dos antepassados, e a tribo como um todo ou suas subdivisões cultuando uma divindade da natureza. Muito freqüentemente os feiticeiros e feiticeiras estão organizados em grupos profissionais, seja na realidade ou na crença tradicional da tribo.

É claro que, à medida que a cultura progride, as várias ocupações e tarefas funcionais específicas tornam-se gradualmente diferenciadas e incorporam-se em instituições específicas. A educação deve existir entre os mais primitivos; na verdade, como a transmissão das técnicas, valores e idéias tradicionais, ela deve ter existido desde o começo mesmo da humanidade. Porém ela está incorporada à família, ao grupo local, à associação dos companheiros de folguedos, ao grupo de idade, e ao grêmio econômico de artífices onde os noviços recebem sua aprendizagem. As instituições especiais para o adestramento dos jovens, isto é, as escolas, colégios e universidades,

são uma das mais novas aquisições da humanidade. Da mesma maneira o conhecimento verdadeiro e, sem dúvida, a ciência, estão presentes nos estágios mais recuados da cultura. A pesquisa organizada torna-se institucionalizada apenas nos mais elevados níveis de desenvolvimento. E o mesmo se dá com a lei e a produção industrial, as instituições de caridade e as profissões como a medicina, o magistério, o sindicalismo e a engenharia. Nos níveis culturais muito baixos, temos no mais das vezes rudimentares grupos econômicos, mágico-religiosos, artísticos e recreativos, dependentes de formas primitivas de especialização.

A distinção por *status* e posição (*rank*), a formação de classe e casta, não ocorrem nos níveis iniciais da cultura. Mas sobrevêm com o desenvolvimento da riqueza, do poder militar, da conquista e, em consequência, da estratificação étnica. No último sentido, podíamos ter apresentado o princípio de raça como um que se pode tornar institucionalizado, como nas castas da Índia, em duas ou três sociedades de três camadas do Sudão e da África Oriental e, até certo ponto, nas várias discriminações raciais e contramedidas em nossa própria sociedade.

Se fôssemos agora investigar como e com base em que princípios essas várias instituições são integradas em conjuntos definidos e contidos em si mesmos, uma importante distinção teria de ser feita. Um levantamento etnográfico do mundo demonstraria que em cada continente há fronteiras bem definidas que separam uma da outra unidades ou entidades culturais que nós antropólogos chamamos tribos. Neste sentido, a unidade de tal grupo geograficamente definido consiste na homogeneidade da cultura. Dentro das fronteiras da tribo, a lei da mesma cultura corre de extremo a extremo. Os membros da tribo falam todos eles a mesma língua, e por isso aceitam a mesma tradição em mitologia e direito consuetudinário, em valores econômicos e em princípios morais. Paralela a isso corre uma similaridade de técnicas e implementos, de gostos e de bens de consumo. Eles combatem, caçam, pescam e lavram o solo com o mesmo tipo de implementos e armas e casam entre si de acordo com a mesma lei tribal de matrimônio e linhagem. Por isso, os membros de tal grupo podem comunicar-se pela palavra; podem fazer intercâmbio de serviços e podem ser mobilizados para um empreendimento comum.

Saber se podemos considerar tal grupo culturalmente unificado — o qual, de fato, é o protótipo ou antecedente de uma nação, no sentido moderno — como uma instituição, é questão que deixamos aberta. É provavelmente melhor descrever a nação, primitiva ou civilizada, como um todo de instituições parcialmente autônomas, porém interdependentes. Neste sentido, nacionalidade significa unidade de cultura.

Há ainda mais um princípio de integração até agora omitido. Quero referir-me ao princípio de autoridade, no pleno sentido da expressão. Autoridade quer dizer o privilégio e o dever de tomar decisões, de pronunciar-se nos casos de disputa ou desacôrdo e também o poder de dar fôrça a essas decisões. A autoridade é a própria essência da organização social. Em consequência, ela não pode estar ausente de nenhuma organização institucional singular. Há instituições, não obstante, que são, fundamentalmente, integradas no emprêgo efetivo da fôrça. Podíamos defini-las como instituições políticas, ou falar no coeficiente político ou cota, na família, municipalidade, província ou mesmo numa equipe econômica ou religiosa. A importância real dêste princípio começa, todavia, com o desenvolvimento das organizações militares e com seu emprêgo para agressão e defesa. A tribo como uma unidade cultural existiu provavelmente antes que a tribo política fôsse organizada sob o princípio da fôrça. Entre os aborígenes australianos ou entre povos como os vedas, os pigmeus da África, os nativos da Terra do Fogo e das ilhas Andaman, não podemos falar de organização política da tribo, uma vez que esta não existe. Em inúmeras comunidades de algum modo mais desenvolvidas, na Melanésia e entre os povos que na Oceânia falam língua polinésia, o grupo político, ou o protótipo de Estado, é em geral encontrado em associação com a subdivisão da tribo. Numa fase mais avançada, temos as duas unidades em coincidência e, em consequência, podemos falar de um protótipo de uma nação-Estado.

Como quer que seja, seria conveniente fazer a distinção entre a tribo como uma unidade cultural e a tribo como uma organização política. Esta última é definitivamente uma forma de instituição que tem de ser definida em todos os pontos dentro dos quais analisamos o conceito, e que estão representados em nosso diagrama. E seria sempre importante tornar

positivamente claro até que ponto êle coincide ou não com o grupo cultural.

Será conveniente condensar essa análise numa breve lista:

#### LISTA DE TIPOS INSTITUCIONAIS UNIVERSAIS

<i>Princípio de integração</i>	<i>Tipos de instituição</i>
<p>1. Reprodução <i>(Laços de sangue definidos por um contrato legal de casamento e estendidos por um princípio especificamente definido de linhagem no esquema genealógico.)</i></p>	<p>A família, como grupo doméstico de pais e filhos. Organização da côrte. A definição legal e organização do casamento como um contrato vinculando dois indivíduos e aparentando dois grupos. O grupo doméstico extenso e sua organização legal, econômica e religiosa. Grupos de parentes unidos sob o princípio unilateral de descendência. O clã, matrilinear e patrilinear. O sistema de clãs aparentados.</p>
<p>2. Territorial <i>(Comunidade de interesses devidos a propinquidade, contigüidade e possibilidade de cooperação.)</i></p>	<p>O grupo de vizinhança de municipalidades, tais como a horda nômade, o bando local errante, a aldeia, o aglomerado de pequenas povoações ou domicílios, a cidade, a metrópole. O distrito, a província, a tribo. (Cf. 7.)</p>
<p>3. Fisiológico <i>(Distinções devidas a sexo, idade e estigmas ou sintomas corporais.)</i></p>	<p>Grupos sexuais totêmicos primitivos. Organizações baseadas em distinções sexuais fisiológicas ou anatômicas. Organizações devidas à divisão de funções e atividades por sexo. Grupos de idade e grupos de graus de idade, na medida em que são organizados. Organizações em sociedades primitivas dos anormais, dos mentalmente desequilibrados,</p>

*Princípio de integração*

## 4. Associações Voluntárias

5. Ocupacional e Profissional  
(A organização de seres humanos por suas atividades especializadas para fim de interesse comum e plena realização de suas capacidades especiais.)

## 6. Posição (rank) e Status

*Tipos de instituição*

dos epiléticos (freqüentemente ligadas a idéias mágicas ou religiosas); em nível mais elevado, instituições para os doentes, os loucos, os defeituosos inatos.

Sociedades secretas primitivas, clubes, equipes recreativas, sociedades artísticas.

Em níveis mais elevados, os clubes, as sociedades de ajuda mútua e de beneficência, as lojas, as associações voluntárias para recreação, melhoria de nível de vida ou a realização de um objetivo comum.

Num nível primitivo, fundamentalmente de mágicos, feiticeiros, xamãs e sacerdotes; também grêmios de artífices e equipes econômicas.

A medida que a civilização se desenvolve, as incontáveis oficinas, corporações e empresas, grupos de interesse econômico, e associações de trabalhadores profissionais em medicina, leis, ensino e no atendimento de necessidades religiosas.

Também unidades específicas para o exercício organizado do ensino (escolas, colégios, universidades); para pesquisa (laboratórios, academias, institutos); para administração de justiça (corpos legislativos, cortes, força policial); para defesa e agressão (exército, marinha, força aérea); para religião (paróquias, seitas, igrejas).

Estados e ordens de nobreza, clero, burgueses, camponeses, servos, escravos. O sistema de casta.

Estratificação por etnia, isto é, por distinções sejam raciais

*Princípio de integração*

## 7. Totalizador

(A integração pela comunidade de cultura ou pelo poder político.)

*Tipos de instituição*

ou culturais em níveis primitivos e desenvolvidos.

A tribo como unidade cultural correspondendo à nacionalidade em níveis mais altamente desenvolvidos.

O subgrupo cultural no sentido regional ou no sentido de pequenos enclaves (minorias estrangeiras, o gueto, os ciganos).

A unidade política que pode abranger parte da tribo ou sua totalidade ou ainda incluir várias subdivisões culturais. A distinção entre tribo-nação e tribo-Estado como uma organização política é fundamental.

Esta lista resume a argumentação do presente capítulo. Da maneira que ela se apresenta, é claramente uma declaração de senso comum, indicando que certos tipos gerais de organização são encontrados em toda cultura. Do ponto-de-vista da observação etnográfica, tal lista tem um valor anunciador para o estudioso porque ela força o observador a responder positiva ou negativamente uma série de perguntas, todas as quais devem ser esclarecidas se desejamos fazer uma perfeita caracterização de um cultura ainda não estudada.

Será conveniente, talvez, redefinir uma vez mais a importância teórica desta lista. Ela mostra na sua coluna à esquerda, em primeiro lugar, que a reprodução, a distribuição por território, as distinções fisiológicas, distinções ocupacionais, isoladas e conjuntamente produzem tipos definidos de agrupamento, e que cada tipo de agrupamento tem a mesma estrutura geral que anunciamos em nosso conceito de instituição. Ela também afirma que as associações voluntárias, quer na forma de sociedades secretas ou clubes ou outros agrupamentos intencionais, são encontradas universalmente e que a maneira pela qual o grupo cooperativo mais amplo é integrado no princípio de homogeneidade cultural e poder político é essencial para o nosso conhecimento de uma comunidade. Os assentamentos

ao lado esquerdo enumeram um conjunto de problemas universais, que são resolvidos por cada cultura de maneira de algum modo diferente. E é a solução desses problemas, isto é, a função dos vários tipos institucionais, que provê o determinismo primário. Isso, todavia, ainda terá mais uma vez de ser desenvolvido. É claro que enquanto a reprodução representa um determinante fundamental em cada sociedade o princípio territorial é formal, indicando que, dados certos interesses vitais a serem perseguidos em comum, um ambiente espacial é necessário, porque, fundamentalmente, as pessoas têm de estar ao alcance umas das outras a fim de cooperar. Teremos de estudar mais completamente, por conseguinte, os interesses vitais que vinculam um grupo ao seu território. Teremos também de compreender mais completamente como surgem esses interesses ocupacionais específicos, e como eles se relacionam com as exigências básicas da vida humana e da existência em grupo.

Necessitamos, em suma, de uma definição mais completa de nossa teoria de necessidades básicas, da derivação dos interesses culturais e dos determinantes ambientais, sociais e técnicos de todo o comportamento instrumental, coletivo e cooperativo. Somente depois de uma discussão mais ampla destes problemas, na qual o conceito de função será clarificado, seremos capazes de voltar à presente lista e fundamentar mais convincentemente que os nossos tipos institucionais não são arbitrários ou fictícios, mas representam realidades claramente definíveis.

### *A Análise Funcional da Cultura*

É CLARO que se desejarmos estar à altura de nossa definição de ciência, será necessário responder a uma série de perguntas antes feitas do que respondidas pela nossa análise anterior. No conceito de instituição, assim como na afirmativa de que cada cultura especial pode ser decomposta em instituições e também que todas as culturas têm como seu principal denominador comum um conjunto de tipos institucionais, já está implícito um certo número de generalizações ou leis científicas de processo e produto.

Fica ainda por esclarecer qual é a relação entre forma e função. Temos insistido em que cada teoria científica deve iniciar-se da observação e conduzir à observação. Deve ser indutiva e deve ser verificável pela experiência. Em outras palavras, deve referir-se a experiências humanas que podem ser definidas, que são públicas, isto é, acessíveis a todo e qualquer observador, e que são recorrentes, e por isso carregadas de generalizações indutivas, ou seja, preditivas. Tudo isso quer dizer que, na análise final, toda proposição de Antropologia científica tem de se referir a fenômenos que podem ser definidos por forma, no sentido objetivo mais completo da expressão.

Ao mesmo tempo, também indicamos que a cultura, como o trabalho manual do homem e como o meio pelo qual ele atinge seus fins — um meio que lhe permite viver, estabelecer um padrão de segurança, conforto e prosperidade; um meio que lhe dá poder e lhe permite criar bens e valores além dos seus dotes animais e orgânicos — essa cultura, em tudo isto e por meio de tudo isto, deve ser compreendida como um

meio para um fim, isto é, instrumentalmente ou funcionalmente. Por isso, se estamos corretos em ambas as afirmativas, uma definição mais clara do conceito de forma e de função e de suas relações deve ser dada.

Através de toda a nossa análise, vimos que o homem modifica o ambiente físico em que vive. Afirmamos que nenhum sistema organizado de atividades é possível sem uma base física e sem o equipamento de artefatos. Seria possível demonstrar que nenhuma fase diferencial em qualquer atividade humana ocorre sem o uso de objetos materiais, artefatos, bens de consumo — em suma, sem a incidência de elementos de cultura material. Ao mesmo tempo, não há atividade humana, combinada ou individual, que possamos considerar como puramente fisiológica, ou seja, "natural" ou não disciplinada. Mesmo atividades como respirar, o trabalho das secreções internas, a digestão e a circulação, acontecem dentro do ambiente artificial de condições culturalmente determinadas. Os processos fisiológicos dentro do corpo humano são afetados pela ventilação, pela rotina e pela duração dos processos nutritivos, pelas condições de segurança ou perigo, de satisfação ou ansiedade, de medo ou esperança. Por sua vez, processos tais, como respiração, excreção, digestão, e as glândulas de secreção interna afetam a cultura mais ou menos diretamente, e dão surgimento a sistemas culturais referentes à alma humana, à feitiçaria, ou a sistemas metafísicos. Há uma constante interação entre o organismo e o meio secundário em que ele existe, ou seja, a cultura. Em suma, os seres humanos vivem por normas, costumes, tradições e regras, que são o resultado de uma interação entre processos orgânicos e manipulação e recomposição pelo homem de seu ambiente. Temos aqui, por conseguinte, outro componente cardeal da realidade cultural; quer o chamemos norma ou costume, hábito ou *mos*, *folkway* ou uso, pouco importa. Terei de usar a expressão *costume*, por amor à simplicidade, para designar todas as formas tradicionalmente reguladas e padronizadas de comportamento corporal. Como podemos definir este conceito, de modo a tornar clara sua forma, e em consequência possibilitar sua abordagem científica e relacionar essa forma à função?

A cultura também abrange, não obstante, alguns elementos que aparentemente permanecem intangíveis, inacessíveis à

observação direta, e onde nem a forma nem a função são muito evidentes. Falamos mais ou menos volúvelmente acerca de idéias e valores, a respeito de interesses e crenças; discutimos motivo em narrativas folclóricas, e concepções dogmáticas na análise de magia ou religião. Em que sentido podemos falar de forma quando abordamos a crença em um Deus, ou o conceito de *mana*, ou a tendência na direção do animismo, do pré-animismo ou do totemismo? Alguns sociólogos recorrem à hipótese de um censório coletivo, hipostatizam a Sociedade como "o ser moral objetivo que impõe sua vontade sobre seus membros". É claro, todavia, que nada pode ser objetivo que não seja acessível à observação. A maioria dos eruditos que lidam com a análise de magia ou religião, conhecimento primitivo ou mitologia, está satisfeita com a descrição em termos de psicologia individual introspectiva. No caso, uma vez mais, nunca podemos obter uma decisão final entre uma teoria e outra, entre uma suposição ou conclusão e seu contrário, pelo recurso à observação, uma vez que não podemos, obviamente, observar os processos mentais de um selvagem ou, neste terreno, de quem quer que seja. Defrontamo-nos por conseguinte, uma vez mais, com a tarefa de definir a abordagem objetiva do que podia ser aproximadamente descrito como a cota espiritual na cultura, e também indicar a função de idéia, crença, valor e princípio moral.

É claro por agora, provavelmente, que o problema que estamos defrontando no caso, e tentando examinar com diligência e com um certo esforço de perfeccionismo, talvez mesmo de pedantismo, é o problema fundamental de toda ciência: o estabelecimento da identidade de seus fenômenos. Que este problema ainda espera solução e que a ciência da cultura ainda se ressentir da falta de critérios reais de identificação — ou seja, de critérios do que observar e como observar, do que comparar e como comparar, do que delinear em evolução e difusão — é fato que dificilmente será pôsto em dúvida por quem quer que esteja familiarizado com as controvérsias da História, da Sociologia ou da Antropologia. Nesta última ciência, há uma escola cujos membros baseiam a maioria de suas pesquisas sobre o conceito e em torno do conceito da cultura heliolítica. Aquêles que rejeitam essas teorias negariam redondamente que a cultura heliolítica é uma realidade

que pode ser identificada em todo o globo. Eles poriam em dúvida a identificação efetuada com referência aos monumentos megalíticos, à organização dual, ao símbolo da tromba do elefante, à interpretação do simbolismo sexual no zimbo e, com efeito, cada uma das duas realidades postuladas.

Dentro da escola funcional, para dar um exemplo mais próximo, há disputa quanto a se a principal explicação funcional deve girar em torno do fato da "densidade social", a solidariedade do grupo, sua integração e fenômenos tais como a euforia e a disforia, que se sustenta serem não identificáveis por uma ala de funcionalistas e reais por outra. Pôsto que a maioria dos antropólogos concorda em que a família, pelo menos, é uma unidade real de realidade cultural que pode ser identificada e investigada através da humanidade, e é um universal de toda a cultura, há ainda não poucos antropólogos que duvidam da identidade dessa configuração ou instituição cultural. A maioria dos antropólogos está satisfeita que exista o totemismo. O falecido A. A. Goldenweiser, num brilhante ensaio publicado em 1910, e que, na minha opinião, é um marco no desenvolvimento do método antropológico, pôs em dúvida a identidade do totemismo. Em outras palavras, desafiou, os que escrevem sobre este fenômeno, e investigam suas origens, seu desenvolvimento e sua difusão, a provar que na observação e na exposição teórica possamos tratar o totemismo como uma legítima unidade.

Assim, a tarefa de estabelecer os critérios de identificação, tanto no trabalho-de-campo como na teoria, e também na especulação, hipótese e Antropologia aplicada, é talvez a mais importante contribuição para o Estudo do Homem, do ponto-de-vista científico. Abordemos esta questão a partir do problema elementar do pesquisador de campo. Quando êle, em primeiro lugar, fixa residência entre o povo cuja cultura deseja compreender, catalogar e apresentar ao mundo em geral, obviamente se defronta com a questão do que quer dizer identificar um fato cultural. Porque, claramente, identificar é o mesmo que compreender. Compreendemos o comportamento de outra pessoa quando podemos aquilatar seus motivos, seus impulsos, seus costumes, isto é, sua reação total às condições em que ela se encontra. Quer usemos a psicologia introspectiva e digamos que compreensão significa identificação

dos processos mentais, ou quer, como behavioristas, afirmemos que sua reação ao estímulo integral da situação segue linhas que para nós são familiares na base de nossas próprias experiências, isso não modifica profundamente a argumentação. Em última análise e como um princípio de método em pesquisa-de-campo, eu insistiria na abordagem behaviorista, porque ela nos permite descrever os fatos que podemos observar. Continua certo, contudo, que na prática corrente e intuitiva reagimos e respondemos ao comportamento de outros por meio do mecanismo de nossa própria introspecção.

E, no caso, um princípio muito simples, mas freqüentemente negligenciado, ocorre imediatamente. As ações, arranjos materiais e os meios de comunicação que são mais diretamente significativos e compreensíveis são os que se ligam às necessidades orgânicas do homem, com as emoções e com os métodos práticos de satisfazê-las. Quando as pessoas comem ou repousam, quando elas se atraem mutuamente ou se envolvem na côrte, quando elas se aquecem ao fogo, dormem sobre um catre, quando elas buscam alimento e água para preparar uma refeição, nós não nos surpreendemos, não temos dificuldade em fazer um relato claro ou revelar a membros de uma cultura diferente, em nosso país, o que está realmente acontecendo. O resultado desastroso desse fato básico é que os antropólogos têm imitado seus despreparados precursores e negligenciado de algum modo essas fases elementares da existência humana, exatamente porque elas parecem ser óbvias e geralmente humanas, destituídas do sensacional e do problemático. E além do mais é claro que a seleção feita sob o princípio do exótico, do sensacional ou de divergências bizarras do modo de comportamento universalmente humano não é em si mesma uma seleção científica, porque as mais ordinárias satisfações de necessidades humanas elementares são muito relevantes para todo comportamento organizado.

Seria fácil demonstrar que o historiador também usa invariavelmente como base de sua reconstrução a argumentação fisiológica de que todos os seres humanos não vivem apenas pelo pão, mas em primeiro lugar do pão; que todo exército marcha com o estômago, assim como também, provavelmente, a maioria das organizações em larga escala; que em suma, como na frase famosa, a história pode ser condensada na declaração:

"Eles viveram, eles amaram, eles morreram". *Primum vivere, deinde philosophari*: o princípio de que o povo pode ser conservado calmo pela sábia administração de pão e circo; a concepção segundo a qual há um sistema de necessidades, algumas fundamentais, outras talvez artificialmente criadas, mas todas clamando por satisfação — todas essas frases e princípios pertencem ao estoque da reconstrução discreta, ainda que intuitiva, do historiador. É claro, julgo eu, que qualquer teoria da cultura tem de começar a partir das necessidades orgânicas do homem, e se ela consegue relacionar as necessidades mais complexas, indiretas, mas talvez plenamente imperativas, tais como as dos tipos que chamamos espirituais, ou econômicas, ou sociais, ela nos fornecerá um conjunto de leis gerais como as que necessitamos numa teoria científica segura.

Quando é que o pesquisador de campo em Antropologia, o teórico erudito, o sociólogo e o historiador sentem que é necessário dar uma explicação por hipótese, por ambiciosa reconstrução ou por suposição psicológica? Obviamente, quando o comportamento humano começa a parecer estranho ou não relacionado às nossas próprias necessidades ou costumes, onde, em suma, os seres humanos cessam de comportar-se como todos os seres humanos se comportariam, e realizam práticas de "cuvade", de caça de cabeças, de escalpamento, de culto de um totem, um ancestral ou um deus estranho. É característico que muitos desses costumes pertencem ao reino da magia, da religião, e que eles são devidos, ou parecem ser, a deficiências no conhecimento ou na razão primitivos. Quanto menos diretamente orgânica a necessidade à qual o comportamento humano se refere, tanto mais provavelmente ela gerará esses fenômenos que têm fornecido a maior quantidade de assunto para a especulação antropológica. Mas isso é verdadeiro apenas em parte. Mesmo quanto ao comer, quanto ao sexo e quanto ao crescimento e degenerescência do corpo humano, existe uma multidão de tipos de comportamento problemáticos, exóticos e estranhos. O canibalismo e os tabus alimentares; costumes de casamento e parentesco; ciúme sexual hipertrofiado ou uma aparentemente completa ausência dele; termos de classificação de parentesco e seu desprezo da paternidade fisiológica; finalmente, a extraordinária confusão, diversidade e contradição em costume de sepultamento e idéias escatológicas formam um

outro grande corpo de comportamento culturalmente determinado, que a nós nos parecem à primeira vista estranhos e incompreensíveis. No caso, obviamente, lidamos com fenômenos nos quais uma reação emocional fortíssima inevitavelmente ocorre. Tudo o que se relaciona com a nutrição humana, o sexo e o ciclo de vida, inclusive nascimento, crescimento, maturidade e morte, é invariavelmente cercado de perturbações fisiológicas no corpo e no sistema nervoso do participante e seus associados. Isso sugere, uma vez mais, que, se desejamos abordar as dificuldades e complexidades do comportamento cultural, temos que relacioná-los a processos orgânicos no corpo humano e àquelas fases concomitantes de comportamento que chamamos desejo ou tendência, emoção ou perturbação fisiológica, e as quais, por uma razão ou por outra, têm que ser reguladas e coordenadas pela aparelhagem da cultura.

Há um ponto referente à compreensibilidade de superfície que deixamos fora desta parte de nossa discussão. Existe, obviamente, toda uma área de comportamento humano que tem de ser especificamente apreendida pelo pesquisador de campo e trazida até o leitor interpretador, e essa é o simbolismo específico de toda cultura, especialmente a linguagem. Esta, todavia, se refere diretamente ao problema que já havíamos colocado, ou seja, o de definir a função simbólica de um objeto, de um gesto, de um som articulado, os quais devem ser relacionados à teoria geral das necessidades e sua satisfação cultural.

*Que É Natureza Humana?*  
(Fundamentos Biológicos da Cultura)

TEMOS de basear nossa teoria da cultura no fato de que todos os seres humanos pertencem a uma espécie animal. O homem como organismo deve existir sob condições que não somente lhe assegurem sobrevivência, mas também lhe possibilitem um metabolismo sadio e normal. Nenhuma cultura pode continuar se o grupo não for reabastecido contínua e normalmente. De outro modo a cultura, obviamente, perecerá através da morte progressiva do grupo. Certas condições mínimas são, por consequência, impostas a todos os grupos de seres humanos, e a todos os organismos individuais dentro do grupo. Podemos definir a expressão "natureza humana" pelo fato de que todos os homens têm de comer, têm de respirar, de dormir, de procriar e de eliminar a matéria rejeitada por seus organismos onde quer que vivam e qualquer que seja o tipo de civilização que pratiquem.

Por natureza humana, portanto, exprimimos o determinismo biológico que impõe a toda civilização e a todos os indivíduos a realização de funções corporais tais como respirar, dormir, repousar, nutrir-se, excretar e reproduzir. Podemos definir o conceito de necessidades básicas como as condições ambientais e biológicas que devem ser preenchidas para a sobrevivência do indivíduo e do grupo. Na realidade, a sobrevivência de ambos exige a manutenção de um mínimo de saúde e energia vital necessárias à realização das tarefas culturais e dos números mínimos necessários à prevenção de gradual despovoação.

Já indicamos que o conceito de necessidade é simplesmente a primeira abordagem para a compreensão do compor-

tamento humano organizado. Tem-se afirmado que nem mesmo a necessidade mais simples, nem ainda a função fisiológica mais independente de influências ambientes, pode ser considerada completamente intocada pela cultura. Não obstante, há certas atividades determinadas biologicamente pela física do ambiente e pela anatomia humana, que são invariavelmente incorporadas em cada tipo de civilização.

Apresentemos isso em uma forma diagramática. Na tabela adiante uma série de seqüências vitais são enumeradas. Cada uma delas foi analisada numa concatenação de fases tripartida. Há um impulso que é fundamentalmente determinado pelo estado fisiológico do organismo. Encontramos ali, por exemplo, um estado do organismo que ocorreria se a respiração fosse temporariamente impedida. Sabemos todos nós o que é essa sensação por experiência pessoal. O fisiólogo pode defini-la em termos de processos bioquímicos nos tecidos, em termos da função de circulação, de constituição dos pulmões e dos processos de oxidação e monóxido de carbono. O impulso ou apetite ligado ao processo digestivo pode também ser definido em termos de psicologia humana formulada por introspecção ou experiência pessoal. Objetivamente, todavia, para sua definição científica, isso é da alçada do fisiólogo, ou mais especificamente do especialista em dietética e processos digestivos. Um compêndio sobre a fisiologia do sexo pode definir o apetite desse instinto por referência à anatomia humana e à fisiologia da reprodução. O mesmo obviamente ocorre com a fadiga, que é o impulso para parar, no momento, a atividade muscular e nervosa; com a pressão da bexiga e do intestino, e também talvez com a sonolência, e com o impulso para mover-se, de forma a exercitar músculos e nervos, e com o impulso para evitar perigos orgânicos diretos, tais como um choque ou uma queda de um precipício ou de uma elevação. Evitar a dor é talvez um impulso geral relacionado com o evitar o perigo.

*Seqüências Vitais Permanentes Existentes  
em Tôdas as Culturas*

(A) Impulso →	(B) Ato →	(C) Satisfação
Tendência a respirar; aspiração de ar	inspiração de oxigênio	eliminação de CO <sub>2</sub> dos tecidos
fome	ingestão de alimento	saciedade
sêde	absorção de líquido	saciedade
apetite sexual	conjugação	desintumescência
fadiga	repouso	restauração da energia muscular e nervosa
desassossêgo	atividade	satisfação de fadiga
sonolência	sono	despertar com energia restaurada
pressão da bexiga	micção	remoção de tensão
pressão do intestino	excreção	relaxamento abdominal
mêdo	fuga do perigo	relaxamento
dor	evitação por ato efetivo	volta ao estado normal

Na segunda coluna enumeramos o desempenho fisiológico correspondente a cada impulso. Talvez seja isto o que menos varia na série, no que se relaciona com quaisquer motivações ou influências culturais. A ingestão real de alimento e aspiração de ar; o ato de conjugação; sono, repouso, micção ou excreção são fenômenos que podem ser descritos em termos de Anatomia, Fisiologia, Bioquímica e Física. Mais corretamente, talvez, pudéssemos dizer que uma definição mínima, em termos anatômicos e fisiológicos objetivos, pode ser dada para cada processo, embora mesmo aqui ocorram certas modificações culturais.

Na última coluna alinhamos os resultados finais das atividades fisiológicas, na sua relação com o impulso inicial. No

caso, uma vez mais, apuramos que, por meio das atividades enumeradas na coluna do meio, uma modificação ocorre no corpo humano, produzindo condições muito definidas nos tecidos que introspectivamente são sentidas como conforto físico, alívio e satisfação. Em termos de comportamento observável teríamos de defini-las como repouso orgânico, como uma volta às atividades crônicas normais, como respirar, ou a reassunção de outras tarefas como no caso da evacuação. No caso do impulso sexual, temos a condição geralmente descrita por psicólogos e fisiólogos como desintumescência.

Tem-se de notar, contudo, que aqui a conjugação, ou seja, o desempenho essencial do instinto, e a temporária imobilidade de ambos os organismos envolvidos, é sob certas condições apenas o ponto de partida de outro processo biológico de importância fundamental. A conjugação efetiva gera o processo de gravidez em um dos dois organismos. Temos aqui uma complexa seqüência de acontecimentos biológicos, na qual um nôvo organismo é gerado, de início dentro do corpo materno, depois dêle se separando no ato do nascimento e começando uma carreira parcialmente independente de desenvolvimento ontogênico. O processo de crescimento, intra-uterino e depois individual, é também um fato biológico associado com uma variedade de impulsos e necessidades, e tem de ser classificado como um determinante biológico da cultura. No caso, todavia, não podemos colocar o crescimento sob o título de impulso, embora o crescimento implique, definitivamente, uma série de impulsos adicionais, especialmente na infância, e é definitivamente relacionado com o aparecimento de certos impulsos em diferentes etapas do desenvolvimento. Analisaremos resumidamente êste último quando definirmos a relação entre impulso ou tendência e necessidade.

Esta argumentação visa estabelecer a significação da expressão "natureza humana". Mostramos que o determinismo biológico impõe ao comportamento humano certas seqüências invariáveis, que devem estar incorporadas a toda cultura, seja ela refinada ou primitiva, complexa ou simples. Já salientamos o fato de que tôdas as três fases ocorrem em cada cultura, e que sua concatenação é tão permanente e invariável como é a natureza fisiológica mínima de cada fase. Cada uma dessas seqüências vitais tripartidas é indispensável à sobrevivência do

organismo, e, no tocante à conjugação sexual e à gravidez, indispensável à continuação da comunidade. É claro que os aspectos anatômicos, biológicos e físicos desses processos não são fundamentalmente a preocupação da ciência da cultura. É necessário, todavia, para o estudioso da cultura, dar ênfase a essa base essencialmente fisiológica da cultura. Por motivos teóricos e práticos, a Antropologia, como teoria da cultura, deve estabelecer uma cooperação atuante mais íntima com essas Ciências Naturais que nos podem fornecer a resposta específica aos nossos problemas. Assim, por exemplo, no estudo dos vários sistemas econômicos ligados à produção, distribuição e consumo de alimentos, o problema com o qual o nutricionista ou o fisiólogo da nutrição está preocupado é fundamentalmente vinculado ao trabalho antropológico. O especialista em nutrição pode definir o ótimo de uma dieta em termos de proteínas, hidratos de carbono, sais minerais e vitaminas necessários à manutenção do organismo humano em boa saúde. Esse ótimo, contudo, deve ser definido com referência a uma determinada cultura. Porque o ótimo é somente definível com relação à quantidade de trabalho, muscular e nervoso, à complexidade das tarefas, às tensões e esforços potenciais exigidos de seus membros por uma determinada configuração cultural. Ao mesmo tempo, a fórmula ideal fornecida pelo dietista não tem importância prática ou teórica a menos que possamos vinculá-la aos suprimentos existentes no ambiente, aos sistemas de produção e possibilidades de distribuição.<sup>1</sup>

Estou aqui resumindo o tipo de pesquisa com o qual estive ligado durante vários anos no trabalho do Instituto Internacional de Línguas e Culturas Africanas. Quando a mão-de-obra africana é contratada por uma empresa européia, seja de minas, "plantation" ou fábricas, verifica-se geralmente que os trabalhadores estão subnutridos em relação aos esforços que têm de empregar em suas atividades. Descobriu-se também, por meio de trabalho especializado entre as várias tribos africanas, que, sob as novas tensões decorrentes da mudança cultural em geral, seu suprimento de alimento, suficiente no passado, torna-se inadequado. Em consequência, mesmo em Antropo-

<sup>1</sup> Estudos sobre o problema foram feitos pelos Drs. A. I. Richards, Margaret Read, Raymond Firth e Lord Halley.

logia prática e aplicada, a análise aqui efetuada passou do estágio de mero desiderato para um estágio de pesquisa efetiva.

Contudo, a importância teórica do problema conduziria a um intercâmbio ligeiramente diferente de pergunta e resposta entre o biólogo e o estudioso da cultura. Seria da maior importância para o nosso estudo comparativo do comportamento humano organizado se pudéssemos aprender com os que estudam anatomia e fisiologia humanas comparadas, e o meio ambiente destas, quais são os limites dentro dos quais os organismos humanos podem permanecer em condições satisfatórias de funcionamento em termos de ingestão de alimento, suprimento de oxigênio, escala de temperatura, quantidade de umidade no ar ou diretamente atingindo a pele — isto é, as condições mínimas de ambiente físico compatíveis com o crescimento, o metabolismo, proteção contra microrganismos e suficiente reprodução. Neste último ponto, por exemplo, o grande problema de despovoação, o mais ou menos rápido desaparecimento de algumas raças e culturas primitivas e a sobrevivência de outras, é uma questão da qual a Antropologia científica não pode fugir. Aqui, provavelmente, os simples estudos ginecológicos ou mesmo uma teoria puramente fisiológica da reprodução não seriam suficientes. As relações entre todo o organismo e especialmente os eventos dentro do sistema nervoso e o "desejo de viver" e o "desejo de reproduzir" são uma questão que foi aberta por estudiosos tais como G. H. Lane-Fox Pitt-Rivers e uns poucos antropólogos físicos, mas que ainda aguarda solução.

No tocante à presente análise, todavia, precisamos apenas declarar que as seqüências vitais resumidas em nossa tabela têm de ser definidas biologicamente em primeiro lugar. Elas são relacionadas à cultura fundamentalmente por meio da redefinição dos impulsos, e também através do fato de que a satisfação de um impulso, ou como diriam alguns behavioristas, o reforço de uma tendência, é uma constante psicológica e um fator fisiológico que controlam o comportamento humano através de uma vasta ordem de atividades tradicionalmente determinadas. Seremos capazes de ver claramente que o conjunto de vastas áreas de atividades culturais altamente complicadas e diferenciadas, em níveis primitivos e altamente desenvolvidos, é todo êle relacionado mais ou menos diretamente

às seqüências vitais aqui enumeradas. Isso, naturalmente, não é uma idéia nova. Na verdade, um ou dois dos sistemas mais influentes de filosofia cultural ou de interpretação geral do comportamento humano em termos de um princípio dominante escolheram uma ou outra de nossas seqüências vitais e tentaram demonstrar que ela é o principal motor da humanidade como um todo. O sistema marxista implica que a série fome → alimentação → saciedade é a base final de toda motivação humana. A interpretação materialista da história salienta parcialmente a necessidade fundamental de nutrição, parcialmente a importância da cultura material, ou seja, riqueza, especialmente em sua fase produtiva. Sigmund Freud e seus discípulos ampliaram a tendência que nós modestamente enumeramos como apetite sexual no conceito, de certo modo metafísico da libido, e tentaram subordinar a maioria das fases de organização social, ideologia ou mesmo de interesses econômicos a fixações infantis de tendências libidinosas. Nesse processo eles também incluíram as atividades dos intestinos e da bexiga, e assim reduziram os motores principais impulsionadores da humanidade a zonas e processos que ocorrem exatamente abaixo da cintura humana. Permanece contudo o fato de que o organismo humano é anatômica e fisiologicamente diferenciado, e a autonomia dos vários impulsos tem de ser sustentada. Cada tendência comanda um tipo específico de desempenho e cada seqüência vital é em grande parte independente das outras.

Quanto ao problema de forma e função, será possível mostrar que, neste nível da análise, já podemos definir a ambos. Cada uma de nossas seqüências vitais tem sua forma definida. Cada uma delas pode ser descrita em termos de Anatomia, Fisiologia e Física. E a definição mínima do que tem de ser comportamento efetivo, induzido por uma tendência e conduzindo a uma satisfação, é uma declaração feita em termos de Ciência Natural, é uma definição da forma dessa seqüência vital. No tocante à função, é para o fisiólogo fundamentalmente a relação entre as condições do organismo antes do ato e a modificação trazida por ele, propiciadora do estado normal de repouso e satisfação.

A função, nesse aspecto mais simples e mais básico do comportamento humano, pode ser definida como a satisfação de um impulso orgânico pelo ato adequado. A forma e a função,

óbviamente, estão inextricavelmente relacionadas uma com a outra. É impossível discutir uma sem levar a outra em consideração. Na respiração, por exemplo, a "forma", no tocante ao corpo humano, podia parecer a aspiração de ar. Mas se a atmosfera circundante tem uma insuficiência de oxigênio, ou está cheia de monóxido ou algum outro gás venenoso, o efeito seria muito diferente da aspiração de ar puro. Poderíamos então dizer que a mesma forma apresenta uma função diferente? É claro que não. Em nossa definição de forma incluímos não apenas o ato central da seqüência vital, mas também a condição inicial do organismo, o meio ambiente e o resultado final do ato, em termos do que acontece ao organismo em sua interação com os fatores ambientes. Quando algum gás venenoso atinge os pulmões, a forma do processo microfisiológico é óbviamente diferente da de oxidação. Em outras palavras, teríamos aqui uma diferença de função, porque a forma do processo, como um todo, mudou. A forma aqui, em termos de comportamento manifesto, representaria não o organismo respirando por algum tempo e depois chegando ao estado normal de satisfação devida à renovação de oxigênio nos tecidos, mas ao estado de colapso, radicalmente diferente no tocante à atividade total e à condição dos tecidos. Poderíamos dizer que a abordagem formal corresponde ao método de observação e documentação na definição de uma seqüência vital, ao passo que a função é a redefinição do que aconteceu em termos de princípios científicos tirados da Física, da Bioquímica e da Anatomia, ou seja, uma análise completa dos acontecimentos orgânicos e ambientes. É legítimo distinguir os dois conceitos, uma vez que eles correspondem a métodos diferentes de observação e artifícios operacionais. É impossível omitir qualquer dos dois na análise do comportamento humano como ele é expresso em qualquer uma das seqüências vitais enumeradas em nossa tabela.

O antropólogo, que estuda os impulsos não em sua definição mínima suprida pela Física e pela Biologia, mas como fases de um comportamento orgânico incorporado à cultura, tem de redefinir os dois conceitos de forma e função, e para ele ambos assumem uma complexidade adicional e também um valor e utilidade menos evidentes por si mesmos.

*A Derivação das Necessidades Culturais*

ATÉ agora aprendemos que a natureza humana impõe sobre todas as formas de comportamento, por mais complexas e altamente organizadas, um certo determinismo. Este consiste de uma série de seqüências vitais, indispensáveis ao funcionamento sadio do organismo e da comunidade como um todo, e que devem ser incorporadas a todo sistema tradicional de comportamento organizado. Essas seqüências vitais constituem pontos de cristalização para uma série de processos, produtos e complexos arranjos culturais que são construídos em torno de cada seqüência. Estávamos também a ponto de ver que os conceitos de forma e função já têm sido definidos com referência a uma seqüência vital como um mero desempenho orgânico.

Consideremos agora como os impulsos, atividades e satisfações realmente ocorrem dentro de um meio cultural. Quanto ao impulso, é claro que em toda sociedade humana é transformado pela tradição. Ele aparece ainda em sua forma dinâmica como uma tendência, mas como uma tendência modificada, modelada e determinada pela tradição. No caso da respiração, isso ocorre dentro de espaços fechados, uma casa, uma caverna, uma mina ou uma fábrica. Poderíamos dizer que há um compromisso entre a necessidade de oxigênio nos pulmões e a necessidade de integral proteção durante o sono, o trabalho ou a reunião social. Os requisitos de temperatura e de ventilação têm de ser atendidos por artifícios culturais. Nisso ocorre um certo ajustamento tradicional ou hábito do organismo. É um fato bem conhecido que, mesmo nas culturas européias, a predominância de ar puro contra o nível de temperatura não é idêntica na Inglaterra, Alemanha, Itália e Rússia.

Outra complicação neste simples impulso de aspiração de ar para encher os pulmões com oxigênio é devida ao fato de que os órgãos de respiração são também, em grande parte, os órgãos da fala. Um acôrdio, um ajustamento da respiração profunda às atividades de oratória pública, recitação de fórmulas mágicas e canto constituem outro domínio em que a respiração cultural difere do mero ato fisiológico. A interação entre crenças, mágicas e religiões, e práticas relativas à etiqueta, e respiração, forneceria outro co-determinante àquele da Fisiologia em culturas onde a exalação de ar, especialmente em recintos fechados, é considerada perigosa, grosseira, ou prejudicial, ao passo que a inspiração de ar, profunda e ruidosa, é um sinal de respeito ou submissão.

A determinação cultural é um fato familiar no tocante à fome ou ao apetite, em suma, à disposição de comer. As limitações do que é considerado saboroso, admissível, ético; os tabus mágicos, religiosos, higiênicos e sociais sobre a qualidade, os ingredientes e a preparação do alimento; a habitual rotina de estabelecer o horário e o tipo de apetite — tudo isso podia ser exemplificado com nossa própria civilização, com os regulamentos e princípios do judaísmo ou do islamismo, do bramanismo ou do xintoísmo, assim como também com toda cultura primitiva. O apetite sexual, persistente e invariavelmente permitido dentro de limites, é também cercado das mais rigorosas proibições, como no incesto, nas abstinências temporárias, e votos de castidade, temporâneos ou permanentes. O celibato obviamente elimina — pelo menos como uma exigência ideal — as relações sexuais de certas minorias dentro de uma cultura. Como uma regra permanente, ele claramente jamais ocorre numa comunidade como um todo. A forma específica na qual o impulso sexual pode ocorrer é profundamente modificada por intervenções anatômicas (circuncisão, infibulação, clitoridectomia, lacerações no peito, nos pés e na face): a atratividade de um objeto sexual é afetada por *status* e posição (*rank*) econômicos; e a integração do impulso sexual envolve a atratividade pessoal de um companheiro como indivíduo e como membro de um grupo. Seria igualmente fácil mostrar que a fadiga, a sonolência, a sede e a inquietação são determinados por fatores culturais tais como um chamamento ao dever, a urgência de uma tarefa, o ritmo estabelecido de

atividades. Fatores semelhantes obviamente também afetam a pressão da bexiga e do intestino, e impulsos de dor e medo. Quanto à dor, em verdade, pareceria que a maioria das invariáveis elementares da história cultural e dados etnográficos provam que a resistência a ela e a capacidade de suportá-la podem quase indefinidamente ser aumentadas por mudanças no sistema central conseguidas por meio de entusiasmo religioso, heroísmo de um patriota ou a modelar determinação de um puritano.

Em suma, seria ocioso menosprezar o fato de que o impulso que conduz ao mais simples desempenho fisiológico é tão altamente plástico e determinado pela tradição, como inelutável, em última análise, porque é determinado por necessidades (*necessities*) fisiológicas. Vemos também por que impulsos fisiológicos simples não podem existir sob condições de cultura. A respiração tem às vezes de ser combinada com desempenhos vocais, com o confinamento, dentro do mesmo espaço, de várias pessoas, e atividades nas quais o ar é afetado por gases prejudiciais ou venenosos. O comer, sob condições de cultura, não é o mero recurso a suprimentos ambientes, mas algo no que os seres humanos partilham de comida preparada que, via de regra, foi por algum tempo acumulada e armazenada, e que invariavelmente é o resultado de uma atividade organizada diferencial de um grupo, mesmo quando isso ocorre na forma mais simples de coleta. Comer em comum implica condições no tocante à quantidade, hábito e maneira e disto deriva uma série de regras de comensalismo. A conjugação na espécie humana não é um ato para ser realizado em qualquer parte, de qualquer maneira, sem consideração pelos sentimentos ou reações dos outros. A conjugação em público é, com efeito, extremamente rara, e ocorre ou como um desvio direto das normas da sociedade como uma forma de perversão sexual, ou, muito raramente, como parte de um complexo mágico ou cerimônia mística. Em tais casos, torna-se antes o uso cultural de um fato fisiológico do que uma satisfação biologicamente determinada de um mero impulso. O ato de repousar de atividades musculares ou nervosas, dormir, e a satisfação da fadiga, invariavelmente exigem um ambiente específico, uma aparelhagem física de objetos, e condições organizadas e permitidas pela comunidade. Nas civilizações mais

simples, assim como nas mais complexas, a micção e a excreção são realizadas sob condições muito especiais e cercadas por um rígido sistema de regras. Muitos povos primitivos, por motivos de magia e por medo à feitiçaria, assim como também por suas idéias de perigos emanantes do excremento humano, impõem regras mais rigorosas de recolhimento e isolamento do que encontramos mesmo na Europa civilizada. Em tudo isso, estamos demonstrando como o ato em si mesmo, ou seja, o núcleo de uma seqüência vital, é também regulado, definido e em consequência modificado pela cultura.

Obviamente, o mesmo se refere à terceira fase numa seqüência vital — a da satisfação. Esta, uma vez mais, não pode ser definida simplesmente em termos de Fisiologia, embora a Fisiologia nos forneça a definição mínima. A saciedade é indubitavelmente uma condição do organismo humano. Mas um aborígine australiano que tivesse, por engano, satisfeito sua fome comendo o seu animal totêmico, um judeu ortodoxo que, por desgraça, tivesse comido porco até empanurrar-se, um brâmane forçado a comer carne de vaca, teriam todos eles apresentado sintomas de natureza fisiológica — vômitos, perturbações digestivas, sintomas de doença — que acreditariam ser especificamente o castigo no caso de violação. A satisfação alcançada por um ato sexual no qual o tabu do incesto é rompido, ou o adultério cometido, ou os sagrados votos de castidade desafiados, produz uma vez mais um efeito orgânico determinado por valores culturais. Isso prova que no comportamento cultural não devemos esquecer a Biologia, mas não podemos ficar satisfeitos apenas com o determinismo biológico. No tocante à respiração, poderíamos mencionar a muito disseminada crença nos "maus eflúvios", ou atmosfera perigosa, tipificada na expressão italiana *mal aria*, a qual se refere, via de regra, não a substâncias voláteis realmente perigosas, mas a categorias culturalmente determinadas, que produzem, não obstante, resultados patológicos.

Vemos, por conseguinte, que a ampla consideração meramente fisiológica considerada em nossa tabela de seqüências vitais é um ponto de partida necessário, mas não é suficiente quando examinamos a maneira pela qual o homem satisfaz suas necessidades corporais sob condições culturais. Em primeiro lugar, é claro que, tomando um grupo humano organi-

zado como um todo, uma cultura e as pessoas que a exercem conjuntamente, temos de examinar cada seqüência vital em relação ao indivíduo, ao grupo organizado, aos valores, normas e crenças tradicionais e também o ambiente artificial em que na maioria essas necessidades são satisfeitas. O conceito de tendência é melhor omitido de qualquer análise de comportamento humano, a menos que compreendamos que temos de usá-lo diferentemente dos psicólogos ou fisiólogos de animais. Uma vez que uma diferenciação conceptual é sempre melhor diferenciada terminologicamente, falaremos daqui por diante de motivo, querendo significar por isso a necessidade como ela é realmente encontrada em operação dentro de uma determinada cultura. Temos, contudo, de reformular nosso conceito dêsse mínimo fisiológico, dentro de cujos limites as motivações fisiológicas podem ser reformuladas de modo que continuamente não forcem degenerescência orgânica ou despovoação entre os membros de uma cultura. Em oposição a motivo, por conseguinte, falamos de necessidades. Esta expressão nós a empregaremos não com relação a um organismo individual, mas antes para com a comunidade e sua cultura como um todo. Por necessidade, em consequência, eu compreendo o sistema de condições no organismo humano, no meio cultural, e na relação de ambos com o ambiente cultural, que são suficientes e necessárias para a sobrevivência do grupo e do organismo. Uma necessidade, por conseguinte, é o conjunto limitativo de fatos. Os hábitos e suas motivações, as respostas aprendidas e os fundamentos de organização devem ser de tal modo arranjados que permitam ser satisfeitas as necessidades básicas.

O conceito emergirá mais claramente, todavia, quando o discutirmos mais direta e completamente, e organizarmos uma tabela de necessidades que apenas indiretamente corresponda a nossa tabela de impulsos.

## CAPÍTULO X

### *Necessidades Básicas e Respostas Culturais*

A TABELA seguinte de necessidades básicas e respostas culturais foi esboçada com vista à simplicidade. Sua enunciação raia pela trivialidade. Todavia, uma vez que ela é apenas um artifício sinóptico, descreveremos cada verbete mais completamente, fornecendo desta maneira uma definição para cada um dos dísticos resumidos.

(A)	(B)
NECESSIDADES BÁSICAS	RESPOSTAS CULTURAIS
1. <i>Metabolismo</i>	1. <i>Aprovisionamento</i>
2. <i>Reprodução</i>	2. <i>Parentesco</i>
3. <i>Confortos corporais</i>	3. <i>Abrigo</i>
4. <i>Segurança</i>	4. <i>Proteção</i>
5. <i>Movimento</i>	5. <i>Atividades</i>
6. <i>Crescimento</i>	6. <i>Treinamento</i>
7. <i>Saúde</i>	7. <i>Higiene</i>

Assim, o verbete *metabolismo* significa que os processos de ingestão de alimentos, digestão, as secreções colaterais, a absorção de substâncias nutritivas, e rejeição de matéria inútil são relacionados de várias maneiras a fatores ambientes, e a interação entre o organismo e o mundo exterior, uma interação emoldurada culturalmente. Temos, dêsse modo, condensadas aqui as várias tendências que foram enunciadas separadamente em nossa tabela anterior. O suprimento de alimentos sólidos, de líquidos e de oxigênio é todo êle determinado pelo processo metabólico, e do mesmo modo são os processos de excreção, nos quais o indivíduo uma vez mais se vale do ambiente. Neste

contexto, ademais, não nos referimos tanto ao impulso de fome, ao de inalação de ar ou à sensação de sede. O que nos preocupa aqui é que, no tocante à comunidade como um todo, cada organismo em geral requer certas condições que garantam o suprimento de material físico, as condições em que o processo digestivo pode ser efetuado e a disposição sanitária do processo final.

Do mesmo modo, quando abordamos a *reprodução*, não estamos preocupados com a tendência ou impulso sexual individual e sua realização em algum caso particular. Aqui estamos declarando que a reprodução deve prosseguir de uma maneira extensiva, suficiente numericamente para renovar o efetivo populacional da comunidade.

A breve declaração *confortos corporais* refere-se à gradação de temperatura, percentagem de umidade e ausência de matérias nocivas em contato com o corpo, que possibilitam processos fisiológicos, tais como circulação, digestão, secreções internas e metabolismo, continuarem no sentido puramente físico. Provavelmente a gradação de temperatura é o elemento mais significativo, uma vez que a exposição ao vento e ao tempo, à chuva, à neve ou à contínua umidade age sobre o organismo, em grande parte, por intermédio de elementos de temperatura.

A *segurança* refere-se a danos corporais por acidente mecânico, ataque por parte de animais ou outros seres humanos. No caso, está claro, estávamos interessados em termos de tendência, na nossa discussão anterior, em tipos individuais aproximados de comportamento-reação ao perigo ou à dor. Aqui estamos registrando que sob condições em que na maioria os organismos não estejam protegidos contra danos corporais a cultura e seu grupo não sobreviverão.

O verbete *movimento* estabelece, no caso, que a atividade é tão necessária ao organismo como é indispensável à cultura. A diferença entre o nosso tratamento anterior do impulso muscular e nervoso e a definição de necessidade, como ela aqui aparece, é clara. Estamos agora interessados nas condições gerais sob as quais um grupo de pessoas vive e coopera, e sob as quais a maioria dos membros, em qualquer ocasião, e todos os membros em alguma oportunidade, têm de obter

algum raio de ação para exercício e iniciativa. O verbete *crescimento*, que foi discutido em nossa lista de impulsos, mas não podia ser colocado ali, tem aqui uma posição legítima. Ele declara que uma vez que os seres humanos são dependentes na infância, uma vez que o amadurecimento é um processo longo e gradual, e uma vez que a velhice, mais no homem do que em quaisquer outras espécies animais, deixa os indivíduos indefesos, os fatos de crescimento, amadurecimento e envelhecimento impõem certas condições gerais, porém muito definidas, sobre a cultura. Em outras palavras, nenhum grupo podia sobreviver nem sua cultura resistir se os recém-nascidos, imediatamente depois do nascimento, fossem abandonados às suas próprias aptidões, como no caso de muitas espécies animais.

Finalmente, acrescentamos *saúde*, aqui, como uma necessidade biológica geral. É duvidoso, todavia, que este verbete possa ser mantido. Obviamente, *saúde* se refere a todos os outros verbetes, com exclusão, talvez, do segundo, e mesmo neste caso a proteção do processo reprodutivo de possíveis perigos externos é parte de um processo higiênico. Na verdade, se definíssemos saúde em termos gerais e positivos, isso equivaleria à manutenção do organismo em condições normais no tocante à sua aptidão para a indispensável produção de energia. A única justificativa para incluir um verbete separado referir-se-ia à saúde na medida em que ela estivesse prejudicada ou para ser recuperada. Uma vez que todos os nossos verbetes são positivos, "doença" não seria adequado, uma vez que doença não é uma necessidade biológica determinada pelo seu contrário. Nosso verbete, se diz "alívio ou eliminação de doença ou males patológicos", provavelmente se justifica embora isso imponha certas condições restritivas sobre as sociedades humanas, e faça surgir certas reações organizadas.

Na verdade, toda a nossa dupla lista tem de ser lida com cada par de verbetes horizontais, considerados como vinculados inseparavelmente. A compreensão real de nosso conceito da necessidade implica sua direta correlação com a resposta que ele recebe da cultura. Quando examinamos qualquer cultura que não está a ponto de colapso ou de romper-se completamente, mas que está funcionando normalmente, veri-

ficamos que a necessidade e a resposta estão diretamente relacionadas e afinadas uma com a outra. As necessidades de alimento, bebida e oxigênio nunca são forças isoladas, propulsoras que mantêm o organismo individual ou um grupo como um todo a uma procura cega de alimento, água e oxigênio, nem as pessoas carregam consigo suas necessidades para conforto corporal, para movimento ou para segurança. Os seres humanos, sob suas condições de cultura, despertam com um apetite matinal, e também com o jejum esperando por eles ou prestes a ser preparado. Tanto o apetite como sua satisfação ocorrem simultaneamente, como questão de rotina. Excetuados os acidentes, o organismo mantém o necessário grau de temperatura com as roupas com as quais está protegido, pela sala aquecida ou pela fogueira acesa no abrigo, ou ainda pelo necessário movimento ao andar, correr ou trabalhar. É claro que o organismo se torna ajustado, de forma que dentro do domínio de cada necessidade são criados hábitos específicos; e, na organização de respostas culturais, esses hábitos de rotina se defrontam com satisfações organizadas de rotina.

É este o ponto em que o estudo do comportamento humano inicia um afastamento definido do mero determinismo biológico. Já esclarecemos isso ao apontar que dentro de toda seqüência vital o impulso é transformado ou co-determinado por influências culturais. Como antropólogos, estamos inicialmente interessados na maneira pela qual, sob a tendência orgânica primária, as respostas condicionadas de gosto e apetite específicos, atração de sexo, meios de gozo de conforto corporal são desenvolvidas.

Estamos também interessados na maneira pela qual as várias respostas culturais são organizadas. Veremos aqui que estas de maneira alguma são simples. A fim de fornecer o fluxo constante de gêneros alimentícios, artigos, roupas, materiais de construção, estruturas, armas e ferramentas, as culturas humanas não têm apenas de produzir artefatos, mas têm também de criar técnicas, isto é, um corpo regulado de movimentos, valores e formas de organização social. Será melhor analisar, provavelmente, uma depois da outra, as várias respostas culturais enumeradas na segunda coluna, e verificar o que são elas em detalhes de organização e de estrutura cultural.

1. *Aprovisionamento.* Começando aqui com a satisfação direta de necessidades alimentares, verificaríamos que os seres humanos não comem e bebem por recurso direto à natureza, nem ainda em isolamento, nem ainda em termos de mera ação anatômica ou fisiológica. Se nos fôssemos voltar para os primitivos mais atrasados, para uma tribo aborígine australiana, para um pequeno grupo de habitantes da Terra do Fogo, ou para uma altamente civilizada comunidade européia ou americana, defrontar-nos-íamos com fatos de comensalismo. As pessoas freqüentemente comem juntas sobre uma esteira ou pedaço de terreno comum reservado para este fim, ou em torno de uma lareira, de uma mesa ou num bar. Em todos esses casos, verificaríamos que o alimento já havia sido preparado, ou seja, selecionado, cozido, assado e temperado. Algum utensílio físico é usado para comer, são observadas maneiras à mesa, e as condições sociais do ato são cuidadosamente definidas. Seria possível, na verdade, mostrar que em toda sociedade humana e no que respeita a qualquer indivíduo em qualquer sociedade, o ato de comer ocorre dentro de uma instituição definida: pode ser o lar, pode ser um estabelecimento comercial ou uma hospedaria. É sempre um lugar fixo, com uma organização para o fornecimento de alimento ou sua preparação, e para as oportunidades de consumi-lo. Às vezes a cozinha é administrada separadamente, mesmo em comunidades primitivas, como quando o alimento é preparado em casa e enviado para consumo nos clubes de homens ou de mulheres. Às vezes o lugar em que o alimento está armazenado é um estabelecimento comercial ou comunal. Mas mesmo a transferência de alimento já produzido para o consumidor final é invariavelmente feita por uma série de sistemas organizados de atividades mais ou menos complicados, ou seja, instituições. Em nossa própria cultura, o cozimento pode ter lugar a milhares de quilômetros de distância, como quando o salmão é cozido e enlatado no Alasca, ou a lagosta na África do Sul, ou o caranguejo no Japão, e depois transportado através dos vários elos da vasta seqüência comercial até o consumidor, que pode abrir a lata num piquenique e comer o seu conteúdo até sozinho. Ainda assim, este ato foi possibilitado por, e está definitivamente vinculado à, complicadíssima cadeia das empresas preparadoras e distribuidoras de alimentos.

É menos difícil mostrar que a produção de alimento e sua distribuição são sistemas de comportamento organizado, e que fazem parte do aprovisionamento tribal ou nacional. Muito freqüentemente a tribo ou o Estado entram neste processo, na medida em que uma grande empresa é controlada, tributada e eventualmente mesmo organizada pelo Estado. Por outro lado, existem condições em que a produção, a distribuição, a preparação e o consumo de alimentos são efetuados dentro de uma mesma instituição, ou seja, o lar. Isso ocorre, mesmo nas culturas mais adiantadas, quando uma fazenda agrícola situada em lugar remoto tem de depender fundamentalmente de sua própria produção da maior parte dos artigos imprescindíveis, pelo menos no que se relaciona com alimentos. É bastante notar que isso é menos verdadeiro a propósito da maioria das comunidades agrícolas primitivas, onde o apoio mútuo e a troca de serviços e bens são freqüentemente necessários, exatamente por causa das técnicas algo primitivas que são usadas.

Já vimos que a resposta cultural à necessidade ou necessidades culturais impostas pelo metabolismo consiste de um conjunto de instituições. Poucas das instituições aqui enumeradas estão preocupadas apenas com nutrição. Ao mesmo tempo, a própria constituição da família e do lar torna indispensável para este grupo ser o cenário predominante para os processos de consumo, e, via de regra, para a preparação de alimento. Se refletíssemos sobre estes fatos, é claro que sob condições em que a nutrição dependa do funcionamento efetivo de toda uma cadeia de atividades preparatórias e instituições vinculadas, todo fator que perturbasse a cadeia em qualquer ponto também afetaria as satisfações de nutrição. Assim, todas as condições das quais depende o funcionamento desimpedido da cadeia tornam-se tão necessárias, na verdade tão indispensáveis à ação biológica como o colocar o alimento dentro da boca do indivíduo, a mastigação, a salivagem, a ingestão e a digestão.

Numa comunidade em que a densidade de população alcançou um ponto que torna indispensável um sistema muito complexo e altamente organizado de aprovisionamento, todos os fatores que determinam o funcionamento efetivo desse abastecimento são igualmente importantes para o efeito final. Numa

tribo primitiva que vive uma existência da mão para a boca, a complexidade é menor mas a estreiteza de recursos positivamente tão grande, se não maior, porque no caso não há excedentes, não há dependências em ajuda substitutiva, e a margem cultural deve funcionar consistentemente, e persistentemente, isto é, com o pleno determinismo de seus fatores componentes. Vemos aqui como a própria eficiência da resposta cultural, o próprio fato de que ela provê criaturas humanas com uma série mais ampla de alimentos, alimentos que, por meio de cozimento e outras transformações, são mais adaptáveis e mais digeríveis — vemos, dizíamos, como tudo isso cobra seu preço, impondo novas limitações e exigências sobre o comportamento humano. Os métodos de produção, sejam eles simples ou complexos, exigem implementos agrícolas, armas para caça, rês, cançadas e armadilhas para pescar. Os métodos de conservar ou armazenar alimentos, e de cozinhá-los, obviamente também requerem aparelhagem suplementar. Em suma, toda a série de processos designados aqui como aprovisionamento põe na lista de *necessities* derivadas, porém indispensáveis, um longo rol de utensílios físicos, aparelhos e máquinas. Estes, por sua vez, têm que ser renovados à medida que se estragam ou se desgastam pelo uso. Podemos perceber que uma das conseqüências inevitáveis a serem inferidas do funcionamento de um sistema organizado de aprovisionamento é que ele impõe um efeito secundário de atividades produtivas constantes, tanto na conservação de alimentos como na produção de todos os implementos para as atividades de produção e fornecimento de alimentos.

Além do mais, uma vez que a nutrição, como vimos, ocorre dentro e através de grupos e instituições organizados, temos aqui um outro elemento — o das regras mínimas de comportamento, e sanções em favor da ordem e da lei e costumes tribais, que têm de ser estabelecidas e mantidas a fim de conservar funcionando sem impedimento toda a cadeia de atividades. Toda a atividade parcial no processo de fornecimento de alimentos, desde a plantação da semente, a captura da caça até o morder, mastigar e engolir, obedece a normas e regulamentos. As regras de comportamento referentes à tecnologia em cada atividade parcial, as regras legais definindo a propriedade em termos de contribuição, e as regras concer-

nentes ao ritmo do apetite, divisão eqüitativa do produto preparado, e as maneiras de consumir alimento são de novo tão indispensáveis ao sistema quanto as suas funções materiais. Na verdade, as duas não podem ser separadas uma da outra. Um objeto, quer seja uma panela para cozinhar ou um pau para cavar, um prato ou uma lareira, tem de ser manipulado de maneira legal e reverentemente, uma vez que muito freqüentemente êle é eficiente não apenas por tecnologia, mas também por preceitos costumeiros ou éticos. Uma outra dimensão, a do estabelecimento do comportamento prescrito, surge desta maneira como uma necessidade derivada ou imperativo cultural, que deve ser conservado em perfeito funcionamento dentro de todo grupo humano.

Se fôssemos considerar as maneiras pelas quais o comportamento regulamentado desabrocha e é mantido, verificaríamos nele dois processos: o de adestramento e o de autoridade. Assim, os sistemas educacionais, a divisão gradual por habilitações especializadas, o conhecimento, os costumes e princípios éticos, devem existir em cada cultura. Sem adestramento a equipe de trabalho de toda e qualquer instituição não pode ser continuamente renovada à medida que os elementos mais velhos são excluídos por morte, idade ou incapacidade para cooperar, e têm de ser substituídos por novos organismos. A imposição de regras, assim como o elemento propulsor por trás de todo adestramento, implica o elemento de coerção ou autoridade. Podemos definir isso como a dimensão política, que nunca está ausente de qualquer cultura e constitui o quarto imperativo instrumental, além dos mecanismos de educação, economia e justiça.

2. *Parentesco.* Sob êste rótulo breve condensamos o processo de procriação que, nas culturas humanas, corresponde às fases efêmeras de acasalamento e reprodução na vida animal. A principal distinção entre a conjugação humana e animal é, sem dúvida, biologicamente determinada, como é a necessidade de reprodução em si mesma. A criança humana precisa de proteção dos pais durante um período muito mais longo do que os filhotes até mesmo dos macacos antropóides mais evoluídos. Em consequência, nenhuma cultura podia perdurar na qual o ato de reprodução, ou seja, a conjugação, a gravidez e

o parto, não fôsse vinculado ao fato da paternidade legalmente fundamentada, ou seja, uma relação na qual o pai e a mãe têm de cuidar da criança por um longo período e, por sua vez, obter certos benefícios dos cuidados e preocupações incorridos.

Já discutimos as várias instituições correspondentes ao ciclo reprodutivo há muito delineado. Na maioria das comunidades, a corte em si mesma é uma instituição, ou ainda é realizada como parte de uma outra instituição. Em algumas culturas primitivas, temos disposições materiais tais como o clube ou casa dos homens solteiros, os alojamentos das moças casadouras, ambos com regras definidas de vida comunal, com autoridade ou supervisão interna, com regulamentos especiais no tocante a dormir, comer e exercer atividades conjuntas. Em combinação com isso, há ocasiões para encontros individuais e namoros entre rapazes e moças. Existem códigos de comportamento muito bem definidos, e limites a liberdades com referência a um casal ou à relação entre vários parceiros. Todo êste comportamento regulado é definitivamente orientado no sentido de um potencial contrato de casamento entre dois companheiros. Os jovens se conhecem, têm oportunidade de medir sua mútua capacidade para trabalhar, suas qualidades de companheirismo, e muito freqüentemente suas características fisiológicas no tocante à conjugação direta. Em outras culturas, a corte é realizada na casa da moça, ou por combinações especiais entre as famílias. É sempre organizada dentro de um sistema institucional específico, ou como uma ação recíproca entre lares já organizados, alcovitárias de aldeia, temporadas de dança, festividades e quermesses. Em tudo isso, verificaríamos que uma descrição inteligente e competente por um observador etnográfico teria de incluir um relato da aparelhagem material empregada, do pessoal em termos de *status*, organização e riqueza, das regras que regem as atividades, e das sanções, ou seja, a autoridade que zela pelos princípios éticos e legais em jogo e também pela observância da etiqueta da função.

O contrato de casamento cria uma unidade familiar independente, ainda que os recém-casados continuem a viver ou na casa da noiva ou com a família do noivo. Sua incorporação é claramente determinada no tocante a espaço, atividades, maneiras de comportamento e submissão à autoridade. A

Intimidade da vida conjugal tem sempre de ser materialmente delimitada. A cooperação econômica podia circundar o novo lar, ou podia ser um considerável acréscimo ao já estabelecido. Num caso ou no outro, o novo pequeno grupo já é o núcleo de uma nova instituição que tem de ser definida pela análise de seu ambiente físico, do modo de viver e da relação entre os recém-casados e suas respectivas famílias e seus *status* legal, econômico e social.

O novo grupo, obviamente, mesmo antes que comece a reprodução não fica isolado, mas em relação íntima com as duas casas paternas, com a comunidade local e ainda com um ambiente tribal mais amplo. A cerimônia do casamento, assim como o estado de *connubium*, são assuntos de interesse público porque envolvem uma relação legal. Mesmo esta mais íntima fase da existência humana torna-se imediatamente um assunto de interesses sociais, na medida em que na maioria as suas manifestações são tradicionalmente definidas em termos de direitos consuetudinário e de convicção pessoal, ética e religiosa.

Com o processo de gravidez e parto, o casamento é transformado em paternidade e maternidade. Aqui, uma vez mais, o processo nunca permanece puramente fisiológico ou privado. Invariavelmente, uma série de regras de comportamento se torna obrigatória para a mulher grávida e seu marido. Elas geralmente são sancionadas por convicções referentes ao bem-estar do novo organismo que está por vir, e uma vez que toda a comunidade, principalmente os parentes, masculinos e femininos, estão interessados no fato do nascimento e no acréscimo à família, os costumes prolépticos e a ética da gravidez e as fases iniciais da paternidade e maternidade são matéria de preocupação pública.

Não precisamos entrar aqui na extensão da paternidade e maternidade em vínculos derivados de parentesco. É claro que estes são, por um lado, resultados e conseqüências do processo biológico fundamental de reprodução. Por outro lado, eles são altamente redefinidos em termos do sistema legal de descendência, mitologia ancestral e conceitos legais definindo tais unidades como a família extensa, o grupo aparentado e o clã. As reinterpretações tradicionais do próprio processo fisiológico de gravidez e parto, reinterpretações que

trazem para as influências fisiológicas vindas do mundo dos mortos, do ambiente, da interação de outros membros da comunidade, transformam as forças inatas da maternidade e da paternidade em poderosos vínculos de solidariedade social, muito distantes, por meio de adestramento e aprendizado.

Em tudo isso é óbvio que o estudioso da cultura tem uma vez mais de relacionar fisiologia e psicologia de reprodução ao ambiente físico no qual a cultura coloca e confina o curso do processo. A base econômica da côrte, conjugação, casamento e paternidade-maternidade é indispensável para a compreensão de como a fisiologia é transformada em conhecimento, crença e vínculos sociais. Aqui, obviamente, sob o termo *econômico*, subordinamos disposições materiais, técnicas, processos de produção, posse conjunta e uso de riqueza, fatos de consumo e elementos de valor. Os preceitos legais que definem grandes áreas do processo econômico mas que também ditam normas de casamento, estabelecem as sanções de sua validade e definem as conseqüências do casamento em termos de descendência, têm de ser precisamente enunciados. Em outras palavras, temos de estar cômicos de como os preceitos do direito consuetudinário, côrte, casamento, descendência e parentesco extenso são formulados, onde funcionam sem impedimento ou ainda dão surgimento a dificuldades e complicações e a maneira pela qual são sancionados por meio de coerção ou crença. Que esse elemento educacional entre muito profundamente nas relações de paternidade-maternidade é coisa tão óbvia que nenhuma argumentação extensiva é necessária. Em suma, podemos dizer em primeiro lugar que a compreensão das respostas culturais à necessidade de propagação exige uma análise consecutiva, considerável, de suas instituições componentes, da côrte à mais extensiva diferenciação de parentesco da tribo. Uma vez que todas essas instituições são relacionadas, nenhum relato etnográfico delas nem ainda um tratamento teórico pode ser satisfatório, a menos que a relação, assim como também cada instituição parcial, seja plenamente descrita e analisada. Mostramos, além disso, que nos determinantes de Biologia — em sua forma mínima a seqüência vital de atração, conjugação, fecundação, gestação e parto — entram, com plena força de inelutável determinismo cultural, os elementos de determinismo econômico, educacional, legal e político. Também aponta-

mos, embora conjecturalmente, que os elementos de tradição tribal, no tocante a conhecimento, crença e valor moral, aparecem também como fatores compulsórios, sem os quais o sistema de parentesco não pode ser compreendido porque tais fatores psicológicos ou simbólicos desempenham uma parte vital na constituição do sistema.

3. *Abrigo* como resposta a *confortos corporais*. Fôssemos nós pensar nos simples fatores físicos usados por seres humanos para assegurar o ótimo de temperatura corporal, como no uso de roupa, fogo e espaços fechados; ou de limpeza corporal, como na ablução com água, lugares remotos e reservados para excreção, ou os mais complexos solventes químicos, tais como as substâncias alcalinas — ficaríamos de algum modo perplexos ao encontrar, sob este título, novas respostas institucionalizadas. Ainda aqui, uma vez mais, precisamos apenas lembrar que os seres humanos não procuram abrigo de maneira acidental quando um pé de vento traz um aguaceiro, quando a temperatura repentinamente se eleva ou cai, ou quando um homem, ensopado por imersão em água ou por chuva, aquece-se numa caverna ou numa casa. Nem os seres humanos primitivos ou civilizados agarram-se a uma pele, um couro, um tecido, quando precisam proteção. Todas essas utilidades físicas são usadas como uma parte rotineira da vida organizada. Abrigo, calor, disposição para limpeza podem ser encontrados dentro de casa. O vestuário, por mais elementar ou complexo, é produzido dentro do grupo doméstico, sob a mais fechada economia caseira; ou numa comunidade em que existe uma divisão de funções, por oficinas ou fábricas organizadas. As instituições sanitárias podem ser particulares ou públicas e assim fazem parte de uma unidade familiar ou uma entidade pública integral dentro de uma municipalidade, grupo local, ou uma horda. Em toda parte verificaríamos que temos de investigar a produção organizada, a incorporação de certos objetos materiais dentro de uma instituição, as regras do decóro, limpeza, propriedade e tabus mágico-religiosos; investigar o tipo de adestramento efetuado por um grupo organizado, no qual tais hábitos são implantados e mantidos. E, como por toda parte, verificaríamos aqui que, tratando-se do comportamento em que a regulamentação social e tradicional visa refrear, ou pelo menos modificar e padronizar, o impulso natural, e as leis da proprie-

dade impõem uma limitação de uso, alguma autoridade deve estar ali para impor sanções, punir as infrações e deste modo manter a ordem e o funcionamento sem impedimento do comportamento organizado.

4. *Proteção*. A organização da defesa contra o perigo natural ou cataclismo, contra o ataque animal ou violência humana, envolve obviamente instituições tais como o lar, a municipalidade, o clã, o grupo de idade e a tribo. Aqui cabem duas considerações importantes. A proteção muito frequentemente consiste no exercício de previsão e planejamento. A construção de casas sobre estacas, plantadas seja em terreno sólido ou numa lagoa rasa ou num lago; o levantamento de paliçadas ou paredes; a própria seleção do local de modo a evitar o perigo de um macaréu, uma erupção vulcânica ou um terremoto — toda essa proteção preventiva teria de ser correlacionada com a necessidade biológica de segurança, e suas respostas culturais de proteção. Aqui, uma vez mais, o fator econômico nos princípios organizados, tecnicamente planejados e executados cooperativamente, de seleção, construção e manutenção, entra clara e definidamente. As regras de técnica, sua tradução em leis de comportamento, de propriedade, de autoridade, são claras. O adestramento significa que a geração em crescimento tem de ser preparada, esclarecida e aconselhada.

No tocante à proteção contra inimigos humanos ou animais perigosos, temos, a esta altura, o principal motivo que faz o homem, seja primitivo ou civilizado, organizar suas forças armadas de resistência e agressão. Sob certos tipos de *habitat* ou sob condições de vida muito primitivas, onde a densidade de população em relação ao território é muito baixa, a necessidade de organização armada é insignificante. É limitada, via de regra, ao fato de que cada homem tem alguns instrumentos elementares para se precaver de ataque armado ou efetuá-lo. De todas as provas etnográficas à mão, parece provável que o elemento político, isto é, o meio de impor o ponto-de-vista pessoal pelo argumento da violência corporal direta é muito pouco integrado e não é absolutamente extensivo. Em nossa terminologia diríamos que a autoridade política reside fundamentalmente em pequenas instituições tais como a família, o clã ou o grupo municipal. O desenvolvimento de instituições

militares individuais ocorre provavelmente numa evolução muito posterior. Todavia, aquilo em que estamos interessados aqui é, antes de mais nada, que a organização de proteção, seja na forma de resistência a forças naturais e animais ou seres humanos, é invariavelmente institucionalizada. Em outras palavras, teríamos, em cada caso, de estudar o ambiente material — o equipamento em artefatos, o sistema de regras, a organização do pessoal e a relação de tais grupos organizados com a necessidade biológica de autopreservação e as técnicas econômicas, legais, educacionais e políticas empregadas. Aqui também a dependência de ajuda, assim como o medo do perigo, são geralmente reinterpretados pela tradição primitiva e civilizada, em parte em termos de conhecimento científico bem estabelecido, em parte em termos de crença, mitológica e pessoal, ou do senso de responsabilidade para com ordens sobrenaturais e pessoas.

5. *Atividades.* O organismo humano, normal e repouso, precisa de movimento. Este é um imperativo muito geral imposto pela natureza humana sobre a civilização. A satisfação dessa necessidade é, por um lado, essencialmente determinada pelo fato de que, sem ação muscular e uma orientação definida do sistema nervoso, o homem nada realiza. Deste modo, os sistemas de atividades corporais ligados com a economia, a organização política, a exploração do ambiente, o contato com outras comunidades são todos relacionados a tensões musculares individuais e seus excedentes de energia nervosa. Por outro lado, todos eles são instrumentais, ou seja, dirigidos no sentido da satisfação de outras necessidades. Por isso, são organizados, isto é, podem ser descritos, submetidos à análise teórica e comparados apenas em termos de instituições. Há, todavia, um vasto campo para uma pesquisa integrada biológica, psicológica e cultural sobre atividades especiais estabelecidas e organizadas, tais como esportes, jogos, danças e festividades, onde uma atividade regulada e estabelecida, muscular e nervosa torna-se um fim em si mesma. Temos um corpo de pesquisa a respeito de folguedo e recreação, no qual algumas das respostas a estes problemas já haviam sido antecipadas. Uma leitura atenta dos bem conhecidos livros de K. Groos e do interessante recente volume de J. Huizinga mostra, até onde posso ver, que aqui também ambos os nossos

princípios capitais, isto é, um meio institucional do problema e, em segundo lugar, uma análise das atividades de diversão e recreio em termos de seu valor educacional e de sua função como preparação para ofícios econômicos e também como relacionada a certas necessidades fisiológicas que podemos chamar de artísticas, vinculam a maior parte do trabalho executado aos nossos principais requisitos metodológicos.

6. *Crescimento.* O verbete indica que uma análise cultural completa em termos descritivos, ou como parte de uma teoria científica, deve projetar toda a gama de processos e produtos culturais na história da vida de um indivíduo representativo — ou, onde há uma considerável diferença no tocante a classe, casta, ou *status*, de uma série de indivíduos representativos. A maioria dos assentamentos etnográficos dá uma descrição de várias fases tais como a infância, a meninice, a maturidade e a velhice. O ponto-de-vista científico, contudo, insistiria em lidar não tanto com a descrição generalizada de cada fase, mas antes com a maneira pela qual o indivíduo é gradualmente adestrado em ofícios, ensinado a usar a linguagem e outros artifícios simbólicos de sua cultura, obrigado a entrar num conjunto de instituições sempre mais amplo, do qual ele se torna membro efetivo quando atinge plena maturidade e assume sua parcela de cidadania tribal. Todo o conjunto de problemas agora elaborados sob o título de cultura e personalidade obviamente entra aqui.

Uma vez mais insistimos que aqui teríamos o lugar mais adequado para o tratamento de todos os sistemas de educação e de socialização da tribo, e que o estudo desse problema consistiria, em grande parte, de uma apreciação detalhada e aprofundada de como o organismo em crescimento é gradualmente absorvido por uma instituição depois da outra. Isso demonstraria o fato de que a maior parte do adestramento é diferenciada de acordo com a instituição. As bases de todo conhecimento simbólico, os primeiros elementos, a saber, de perspectiva científica, de apreciação de costumes, autoridade e ética são recebidas dentro da família. Mais tarde, a criança em crescimento entra no grupo dos seus companheiros de folguedos, onde, uma vez mais, é exercitada no sentido do conformismo,

da obediência aos costumes e à etiqueta. A aprendizagem econômica específica lhe é dada quando ela se torna membro cooperador de uma equipe econômica ou de uma sociedade militar, um grupo ou de um grupo de idade. Não há dúvida que as mais dramáticas fases da educação são as vezes incorporadas nas cerimônias de iniciação. Mas a gradual, sempre crescente e cada vez mais complexa aprendizagem da vida tribal é um processo contínuo, um conhecimento do qual nos dá a chave de muitos problemas fundamentais de organização humana, tecnologia, conhecimento e crença.

7. *Higiene.* No tocante a este problema, teríamos primeiro que ligá-lo a tudo o que se refere ao bem-estar orgânico nos outros verbetes. Dêsse modo, as disposições sanitárias anteriormente discutidas podiam ser analisadas aqui do ponto-de-vista das crenças nativas quanto à saúde e perigos mágicos. Além dessas considerações, o etnógrafo teria de registrar aqui o mínimo senso comum elementar, regras a respeito de exposição a intempéries, extrema fadiga, evitação de perigos, de acidentes, assim como também a limitada porém nunca ausente série de remédios caseiros. Nas culturas mais primitivas, todavia, este aspecto de resposta cultural é fundamentalmente dominado por crenças em bruxedos e feitiçarias, ou seja, o poder mágico de certas pessoas ou forças para infligir danos corporais ao homem. Discutiremos isso mais cuidadosamente quando chegarmos a analisar a formação de tais crenças.

Voltando à argumentação contida neste capítulo, verificamos em primeiro lugar que, ao comparar os dois verbetes *necessidades biológicas e respostas culturais*, não estávamos construindo qualquer hipótese ou antecipando quaisquer argumentos teóricos, fictícios ou mesmo construtivos. Apenas recapitulamos dois conjuntos de fatos empíricos; colocamo-los em justaposição; e tiramos umas poucas inferências rigorosamente indutivas e outra vez empíricas. As necessidades biológicas são, em nossa análise, fatos claros de Ciência Natural. Definimo-los com referência direta ao nosso conceito de seqüência vital, ou seja, do mínimo de determinismo fisiológico e desempenho que tem de ser incorporado em cada cultura. A incorporação das seqüências vitais nas atividades de todos os indivíduos, no tocante à maioria deles e à reprodução de número suficiente para conservar a densidade normal

de população, nós a definimos como uma necessidade biológica. As necessidades biológicas podem obviamente ser definidas em termos de fatos fisiológicos e ecológicos somente com referência à comunidade como um todo e sua cultura. A afirmação de que sob qualquer sistema de organização e equipamento cultural as necessidades biológicas têm de ser satisfeitas significa que não importa em que ambiente, ártico ou tropical, deserto ou estepe, pequena ilha ou floresta impenetrável, os seres humanos devem ser protegidos contra influências físicas que lhes prejudicariam permanentemente o corpo ou que cada vez mais solapassem suas energias; que os seres humanos devem manter-se dentro de um limite definido de temperatura, devem ter ar para respirar, alimento para se nutrir e água para matar a sede.

Em nossa lista e em nossa definição de respostas culturais novamente resumimos apenas a evidência etnográfica em termos de fato observado. O inquérito indutivo do comportamento cultural, do mais primitivo ao mais altamente desenvolvido, mostra-nos que todos os processos fisiológicos são padronizados, isto é, moldados com referência a certos fins; que eles são associados com um equipamento relacionado diretamente com a fisiologia anatômica humana e os objetivos das atividades humanas. Vimos também que todas essas respostas são executadas coletivamente e obedecem a uma série de regras tradicionais.

Ao examinar o caráter das respostas culturais a cada necessidade biológica, descobrimos que não encontramos uma aparelhagem cultural simples ou exclusivamente orientada, visando à satisfação de fome ou exclusivamente relacionada à reprodução, ou segurança ou manutenção da saúde. O que ocorre realmente é uma série encadeada de instituições relacionadas entre si dentro de cada aldeia, mas também todas elas aparecendo virtualmente sob cada título isolado. Estamos satisfeitos por sermos uma vez mais conduzidos à conclusão de que nosso conceito de instituição nos fornece uma legítima unidade de análise concreta. Ainda assim, o problema deste múltiplo aparecimento de instituições e a ausência de uma correlação ponto por ponto entre necessidade biológica e resposta institucionalizada requererão umas poucas palavras de discussão adicional.

Chegamos, todavia, a um conceito diferente no curso de nossa análise. Verificamos que as atividades humanas podem também ser classificadas de acôrdo com o tipo, o assunto e o fim específico. Encontramos em tôda parte um elemento de interesse e organização econômica, de influência educacional, de severidade costumeira ou legal e de autoridade política. Estas quatro necessidades instrumentais aparecem como os quatro tipos principais de atividades distribuídas dentro da família, grupo de idade, clã, equipe cooperativa ou sociedade secreta.

Não seria difícil, todavia, mostrar que os dois tipos de análise — funcional e institucional — estão intimamente relacionados. Voltando a nossa discussão e representação diagramática da estrutura institucional, vemos que além de estatuto, atividade e função, aparecem três posições principais, concretas e tangíveis, em nosso diagrama: pessoal, normas e aparelhagem material. Se estamos certos em nossa análise, então obviamente a manutenção assim como a operação da aparelhagem material, as regras de propriedade e as técnicas de produção e manuseio devem ser uma concomitante colateral de todos esses sistemas de atividades organizadas. É igualmente claro que o pessoal deve ser tão renovado e substituído como o corpo de implementos. Por isso, o adestramento nas formas de orientação fisiológica, instrução geral ou aprendizagem é um processo subentendido pela própria estrutura de uma instituição. O conceito de normas subentende também codificação, assim como fatores de coerção que induzem as pessoas a respeitarem as normas e evitarem desvios. O conceito essencial de organização e sanção é o de autoridade, assim como o de diferenciação em serviços e prerrogativas. Por isso, a estrutura política é também um fato que podia ser deduzido da análise de nosso diagrama.

No tocante a estatuto e função, não temos ainda os elementos necessários para construir este conceito. Obviamente, o estatuto, sobretudo, é uma peça do direito consuetudinário, apoiada por elementos retrospectivos mitológicos na tradição. Descrevemos estatuto como a definição, pelo grupo, do valor, propósito e importância da instituição na qual eles estão organizados. Por conseguinte, a formulação do estatuto, assim como a codificação de normas, implica uma completa com-

preensão do papel do simbolismo na cultura, um ponto ao qual teremos de voltar em breve. No tocante a função, temos a definido como a satisfação de necessidades. Até agora, apenas analisamos completamente as necessidades biológicas ou básicas, e apontamos a inevitabilidade dos imperativos derivados, secundários ou instrumentais, ou necessidades culturais. É claro, todavia, que este conceito se refere antes ao tipo de análise científica, o outro tipo a comportamento humano, especialmente quando o aplicamos a uma instituição como um todo.

Isso nos conduz à questão anteriormente apontada, isto é, ao fato de que instituição alguma pode ser funcionalmente relacionada com uma necessidade básica, nem ainda como uma regra a uma simples necessidade cultural. Isso realmente não precisa preocupar-nos se considerarmos os fatos mais de perto. A cultura não é e não pode ser uma réplica em termos de respostas específicas a necessidades biológicas específicas. O próprio fato de que a resposta cultural contém uma série de instrumentalidades adicionais seria suficiente para mostrar que a produção de certas instrumentalidades amplas e sua manutenção seriam melhor adequadas à satisfação integral de uma série de necessidades.

Isso é mais claramente exemplificado quando consideramos a família. Fundamentalmente teríamos sempre de relacioná-la com a necessidade de reprodução da comunidade. Ainda assim, pela simples consideração biológica de que a criança humana é completamente dependente de seu meio social inicial, e que essa dependência dura longo tempo, chegaríamos à conclusão de que o grupo natural bissexual de homem e mulher que se organiza para conjunção e reprodução terá também de se organizar para o prolongado cuidado e proteção da prole. Uma vez que eles têm de efetuar essas atividades biológicas ou parcialmente biológicas obviamente em contato íntimo e dentro do mesmo invólucro espacial, as necessidades corporais de segurança, conforto e movimento serão satisfeitas pela mesma aparelhagem física e sistema de hábitos e regras que estabelecem a base ambiente para a reprodução. Em consequência, a família estará sempre integrada à base da reprodução e através do princípio de propinquidade — tôda uma série de necessidades de nutrição e ligadas à saúde, limpeza e

confortos corporais serão completamente satisfeitas dentro da organização doméstica. Por isso, encontraremos dentro de cada lar um sistema econômico de atividades, uma distribuição de autoridade, ao passo que o processo de adestramento do jovem organismo é simplesmente um outro lado do processo de satisfazer as necessidades primárias da criança, protegendo-a e guiando suas fases fisiológicas iniciais. É igualmente claro que um grupo de vizinhos organizados em uma municipalidade estará conjuntamente interessado no aspecto legal da reprodução, especialmente no que diz respeito à côrte e manutenção de regras morais tais como as abstinências mágicamente sancionadas, como contra o incesto e o adultério.

De muitas maneiras, também o aptovisionamento nunca pode ser considerado, mesmo nas tribos mais primitivas, como um assunto puramente doméstico, mas envolve também a municipalidade e, em certas ocasiões, grupos mais amplos. Seria fácil mostrar que qualquer desses grupos mais amplos, como o clã ou a tribo, no sentido político, não pode ter qualquer correlação ponto por ponto com uma necessidade, quer seja esta básica ou instrumental. A organização política e suas atividades, tais como defesa, agressão, ou grandes reuniões tribais, exigem naturalmente alguma forma de alimentação, moradia e proteção climática. Por isso, quer consideremos o clã, o grupo de idade, ou a força militar ou o conselho deliberativo de uma tribo, teríamos de determinar toda a gradação de necessidades e imperativos que têm de ser satisfeitos no decorrer de um desempenho coroado de sucesso. Mesmo se nos voltássemos para instituições altamente cristalizadas no mais elevado nível da cultura, isto é, instituições à base de ocupação, verificaríamos que elas raramente podem ser definidas em termos de uma função simples e específica. O sistema bancário está obviamente preocupado em primeiro lugar com o suprimento de crédito e a administração de investimentos e a capitalização de empreendimentos. Como tal, todavia, ele é também uma instituição de adestramento, pois a aprendizagem permanece em toda cultura como uma parte integrante de cada instituição. Em cada instituição temos um mínimo de regras especializadas e regulamentos que constituem pelo menos sua rotina e seu caráter tradicional. Por conseguinte, há um aspecto legal, isto é, político, para toda instituição bancária.

Se abordarmos qualquer necessidade específica, por outro lado, encontraremos invariavelmente uma diversidade de grupos organizados, nenhum dos quais pode satisfazer exclusivamente esta necessidade. A saúde, mesmo em nossa comunidade, está aos cuidados de hospitais, médicos e enfermeiros, que podiam ser classificados como a profissão organizada sobre o estatuto da medicina científica. Não obstante, temos também a cura pela fé, os praticantes da Ciência Cristã, os osteopatas intuitivos, os psicanalistas, os aeroterapistas e os hidroterapistas, os partidários dos alimentos crus ou os unitários da luz solar, geralmente prontos para tratar cada doença por sua fé específica.

Quer isso dizer que a função de uma instituição não pode absolutamente ser definida? De modo algum. É sempre necessário, na definição global de função, quando chegamos a um sistema de atividades organizado e estabelecido, determinar sua natureza essencial, e relacioná-la a outras funções subsidiárias. A família, por exemplo, como temos salientado repetidamente, é uma unidade reprodutora. A reprodução cultural, todavia, inclui o adestramento dos jovens, para o que a base econômica, assim como a base física, é fornecida na unidade doméstica organizada. Podemos declarar, por conseguinte, que a produção, o desenvolvimento ontogênico e cultural dos jovens, e seu preparo para a vida tribal com *status* regular e apetrechos materiais, é função da instituição doméstica. Podíamos repetir a frase com mais brevidade ainda: a família transforma a matéria-prima dos novos organismos em cidadãos completos, no sentido tribal ou nacional. Esta definição é adequada a todas as sociedades humanas. Ela exige, quando aplicada a trabalho-de-campo, uma resposta em termos de fato observado e fornece uma base para quaisquer estudos culturais comparativos.

A função integral da municipalidade consiste na organização de uma vizinhança para controle conjunto e cooperativo, exploração e defesa da povoação e território. No caso, obviamente, nossa definição subentende uma análise em termos de uma clara definição de fronteiras, uma declaração de posse da terra, incluindo uma descrição da classificação ecológica e cultural das terras, e das atividades a elas referentes. Por conseguinte, teríamos de estudar as principais atividades produtoras de alimentos, tais como coleta, caça, pesca, agricultura e criação

de animais domesticados. A definição, se explicitamente analisada em termos de fato observável, também abrangeria a distribuição de autoridade, a definição de lei municipal até o ponto em que ela coordena e delimita as atividades dos domicílios componentes. Teríamos também de estudar as mitologias locais e a coordenação de magia, religião, festividades recreativas e produções artísticas como beneficiário dos desempenhos e como comunidade cujo dever é instituir, custear e organizar tais atividades.

Vemos, deste modo, que embora à primeira vista nossas definições possam parecer "vagas, insípidas e inúteis", na realidade são fórmulas condensadas que contêm conselhos gerais para a organização de perspectiva em trabalho-de-campo. E isso realmente é a marca de contraste da definição científica. Ela deve principalmente ser um chamamento para a observação cientificamente esquematizada e orientada do fato empírico. Ela deveria também definir sucintamente o máximo divisor comum de fenômenos que podem ser encontrados em toda área de observação. Desta maneira, também, estas definições funcionalmente concebidas, cada uma contendo por conseguinte o máximo de irrefutabilidade e determinismo, são úteis igualmente no tratamento comparativo dos fatos etnográficos e sua descoberta. A irrefutabilidade da abordagem funcional consiste no fato de que ela não pretende prever exatamente como um problema colocado para uma cultura será resolvido. Ela declara, todavia, que o problema, uma vez que é derivado de necessidade (*necessity*) biológica, de condições ambientes e da natureza da resposta cultural, é igualmente universal e categórico.

Poderíamos declarar que a função da tribo como unidade política é a de organização da força para policiamento, defesa e agressão. No caso, obviamente, a palavra "policiamento" implica um mínimo de funções judiciárias, uma autoridade ou autoridades tribais que compõem um tribunal e uma organização social para a aplicação das regras. A função dos grupos de idade é a de coordenadores de características fisiológicas e anatômicas à medida que elas se desenvolvem no processo de crescimento, e sua transformação em categorias culturais. A função das associações é implementar um propósito, interesse ou ideal específico por uma organização *ad hoc* na qual as instrumentalidades e atividades específicas são orientadas para

o fim comum. Nos grupos ocupacionais vemos que a execução de ofícios, técnicas e atividades tais como educação, justiça e poder constituem a função integral do grupo. Uma vez mais, apenas um antropólogo ou sociólogo superficial e pouco instruído veria, nestas definições, fórmulas tão gerais e vagas que são "inúteis". Sua utilidade, claramente, depende da tradução de cada termo geral em problemas concretos, uma tradução que exemplificamos no caso de nossa definição de municipalidade, e que todo etnólogo pode efetuar em cada uma das outras instâncias.

Também é claro provavelmente, para o leitor familiarizado ao mesmo tempo com estudos culturais e com princípios científicos, que o conceito de função é fundamentalmente descritivo. Poderíamos dizer que ao apresentar esse conceito estamos fornecendo um novo princípio heurístico ao dar ênfase à absoluta necessidade de um tipo adicional de pesquisa. Esta consiste fundamentalmente na consideração de como certos inventos, formas de organização, costumes ou idéias alargam o horizonte das potencialidades humanas, por um lado, e impõem certas restrições ao comportamento humano, por outro. Em suma, o funcionalismo é a consideração de que a cultura é como um princípio determinante, em termos do acréscimo que fornece ao padrão de vida individual e coletivo.

Isso liquidaria, talvez, com a crítica freqüentemente repetida de que a função de um fenômeno cultural sempre consiste em mostrar como ele funciona. Como uma declaração de fato essa crítica é absolutamente correta. Como acusação metodológica ela simplesmente revela o baixo nível de inteligência epistemológica entre os antropólogos. O funcionalista, para dar um simples exemplo, insistiria em que ao descrever um garfo ou uma colher nós também devemos fornecer a informação sobre como eles são usados, como se relacionam com as maneiras à mesa, os banquetes, natureza das viandas e pratos e a disposição de aparelhagem de comensalismo, tal como mesas, pratos, toalhas e guardanapos. Quando um anti-funcionalista objeta que, final de contas, há culturas em que nem colheres, nem garfos, nem facas são usados, e que, por conseguinte, a função não explica coisa alguma, nós simplesmente temos de observar que a explicação para o pensador científico não é nada mais do que a mais adequada descrição

de um fato complexo. O tipo de crítica levantado contra o funcionalismo acusando que ele jamais pode provar por que uma forma específica de tambor ou trombeta, de utensílio de mesa ou conceito teológico, é predominante numa cultura, deriva do ardente desejo pré-científico de causas primeiras ou "verdadeiras causas". Estas podem ser mais prontamente vistas na persistente pesquisa das "origens" e "causas históricas", nos nebulosos reinos do passado histórico não-documentado e não-registrado, ou nos albores evolucionistas de um povo que nem tinha história nem deixou quaisquer traços de sua evolução anterior. O fato é que História, conforme insistimos várias vezes, nada explica a não ser que possa ser mostrado que um acontecimento histórico teve uma determinação científica plena, e se possa demonstrar essa determinação na base de dados bem documentados. Em Etnologia ou História, e nas duas frequentemente, a busca da "verdadeira causa" permanece no reino das hipóteses, inteiramente indeterminado, porquanto não sistematizado, onde a especulação pode vagar livremente, não estorvada pelo fato.

Tomemos o nosso exemplo do garfo como o instrumento para levar do prato à boca um pedaço de alimento sólido. É claro que uma vez que definimos sua função dentro do domínio de culturas observáveis, atingimos *de facto* o máximo de prova no tocante a suas "origens primeiras". Este ato importante na história humana — pois os historiadores e evolucionistas ficam de modo geral profundamente entusiasmados sobre exatamente quais sejam as origens de trivialidades tais como o garfo ou um tambor ou um instrumento para coçar as costas — surgiu sob o determinismo de muitíssimas das mesmas forças que conservam o instrumento, seus usos e sua função vivos nas culturas atuantes de hoje. Uma vez que sua forma, sua função e seu contexto geral dentro da comensalidade, como um fenômeno cultural, podem-se demonstrar ser substancialmente os mesmos onde quer que os encontremos, a única hipótese inteligente quanto a sua origem é que as origens do garfo são a execução das tarefas mínimas que o instrumento pode desempenhar. E de novo, se fôssemos estudar sua difusão ou quaisquer outras aventuras históricas, teríamos aqui de fazer a suposição absurda de que um garfo pode ser usado sob condições que fazem seu emprego completamente inadequado, ou seja,

não relacionado a quaisquer necessidades, individuais ou coletivas, ou até poderíamos concluir razoavelmente que seus destinos históricos podem ser cientificamente subordinados à fórmula: o garfo vai aonde é necessitado e é transformado, em forma e função, de acordo com as novas necessidades e os novos locais co-determinantes da cultura.

O desprezo pela função como algo essencialmente tautológico, e por conseguinte irrelevante, tem de ser desmascarado como algo parecido à preguiça intelectual, quando examinamos algumas das nossas mais complexas realizações culturais. Tome-se o avião, o submarino, ou a máquina a vapor. Obviamente, o homem não precisa voar, nem ainda fazer companhia aos peixes, e movimentar-se dentro de um meio para o qual ele nem está anatômicamente ajustado nem fisiologicamente preparado. Ao definir, por conseguinte, a função de qualquer desses aparelhos, não podemos predicar o verdadeiro curso de seu aparecimento em quaisquer termos de necessidade (*necessity*) metafísica. Em termos de descrição e teoria científica, todavia, a única coisa que um estudioso inteligente da cultura pode fazer é mostrar a relação entre esses aparelhos e o estado do conhecimento humano, os objetivos, propósitos e atividades que são tornados possíveis por tais invenções, e as influências desses mecanismos na ampliação dos poderes corporais do homem e na estrutura e funcionamento da cultura humana como um todo. Nisso o historiador verdadeiro e inteligente trabalharia exatamente nas linhas de abordagem do funcionalista. Ele podia não se concentrar sobre a "forma" e negligenciar a "função". Teria de lidar com o fenômeno integral, estimar todos os fatores determinantes de seu aparecimento, e todas as conseqüências relevantes de seu emprego sistemático e permanente.

Estamos agora começando a ver a natureza das necessidades derivadas na cultura humana. Este conceito obviamente significa que a cultura fornece ao homem potencialidades, capacidades e poderes derivados. Isso também significa que a enorme extensão do raio de ação humana, acima das capacidades inatas do organismo nu, impõe ao homem uma série de limitações. Em outras palavras, a cultura impõe um novo tipo de determinismo específico ao comportamento humano.

## A Natureza das Necessidades Derivadas

Estos agora de definir mais precisamente o que são essas necessidades derivadas ou, como continuarmos a chamá-las, imperativos culturais impostos ao homem por sua própria tendência a ampliar sua segurança e seus confortos, a articular-se nas dimensões de movimento, a aumentar sua velocidade, a preparar engenhos de destruição assim como de produção, a armar-se com colossais artefactos de protecção e construir equívales meios de ataque. Se nosso conceito de necessidade derivada ou imperativo cultural está certo, determinados tipos de comportamento estão subentendidos em todas as respostas culturais, as quais são tão rigorosas e inclusivas quanto cada sequência vital por si mesma. Em outras palavras, temos de mostrar que o homem deve cooperar economicamente, que ele deve estabelecer e manter a ordem, que ele deve educar o organismo novo e em crescimento de cada cidadão, e que deve de algum modo promover os meios de vigência em todas as atividades. Temos de mostrar como e onde essas atividades aparecem e como elas se ajustam. Finalmente, com o objetivo de tornar claros os processos de derivação e hierarquia de necessidade, temos de demonstrar como a Economia, o conhecimento, a religião e os mecanismos da lei, o treinamento educacional e a criação artística estão diretamente ou indiretamente relacionados com as necessidades fisiológicas, ou seja, as necessidades básicas.

Comecemos com o rigor e determinismo dos imperativos derivados da cultura. A humanidade como um todo, e todo indivíduo em cada sociedade, começam como organismos nus, desarmados, desprotegidos e desequipados. Os dons anatómicos do homem, comparados com os de outros animais, são

algo de limitado. Ele não tem armas naturais, tais como garras, presas, bolsas com veneno. Os dentes do homem não se prestam para serrar madeira, quebrar pedra, nem suas mãos para fabricar armas agudas e pesadas, capazes de atingir aré um alvo distante. Ele inventa e aperfeiçoa instrumentos para cavar, matar ou aprisionar a vítima no chão, no ar e na água. Ele se serve de peles de animais e prepara tecidos com fibras vegetais. O fator positivo, as vantagens derivadas desta exploração constante e crônica do ambiente em seu próprio benefício são tão óbvias quanto são imensas. O preço que o homem tem de pagar em termos de determinismo adicional de seu comportamento é claro, também. Ele tem de trabalhar pontualmente, tem de saber como fazê-lo e tornar-se disposto a confiar em seus companheiros no trabalho.

Podemos dizer, contudo, que a submissão a preceitos culturais é tão absoluta quanto a submissão ao determinismo biológico? Uma vez que compreendamos que a dependência da aparelhagem cultural, por mais simples ou complexa, se torna *conditio sine qua non*, verificamos imediatamente que o fracasso na cooperação social ou na exatidão simbólica importa em imediata destruição ou desgaste a longo prazo no sentido biológico comum.

O homem não necessita, por determinismo biológico, cagar com lanças ou arco e flecha, usar dardos venenosos, nem se defender com escadadas, abrigos ou armaduras. Mas no momento em que esses artefactos foram adotados, a fim de aumentar a adaptabilidade humana ao ambiente, eles também se tornaram condições necessárias para a sobrevivência. E aqui podemos enumerar, ponto por ponto, os factores sobre os quais a dependência do homem se torna tão grande quanto a dependência da execução de qualquer das sequências vitais biologicamente ditadas. Imagine-se qualquer situação de ação directa, perigosa e culturalmente inevitável. O caçador detrona um animal mais forte, anatomicamente melhor dotado, com o qual a competição sem armas deve resultar em inutilização ou morte. O objeto que ele usa, sua lança, seu arco e flecha, ou sua espingarda, deve ser tecnicamente perfeito. Sua destreza e capacidade para usá-lo não podem falhar no momento crucial. Numa expedição cooperativa de caça, a arma, assim como

também os colegas caçadores, devem estar nos lugares exatos no momento exato e devem executar sua tarefa. Nisso, a comunicação simbólica tem de ser adequada, se se quer evitar falhas. Dêste modo, o equipamento material na sua produção econômica e qualidade técnica, as habilidades baseadas em adestramento, conhecimento e experiência, as regras de cooperação e a eficiência simbólica são todos tão indispensáveis sob a suprema sanção do imperativo biológico de autopreservação quanto sob quaisquer elementos tão-somente determinados fisiologicamente.

Examinemos resumidamente as conseqüências finais do fracasso. Quer consideremos uma tribo primitiva ou uma nação altamente desenvolvida, verificamos que elas não apenas dependem, para sua sobrevivência, do que o ambiente lhes dá para comer, vestir, e proteger sua integridade física e sua saúde. Para produzir todos os objetos, elas devem obedecer a técnicas, regulamentar o comportamento coletivo, e conservar viva a tradição de conhecimento, lei e ética por um sistema de atividades que, em síntese, pode-se demonstrar ser econômico, legal, educacional, político, científico, mágico, religioso e ético. Uma deterioração permanente no equipamento material, na solidariedade social, no treinamento do indivíduo e aperfeiçoamento de suas capacidades conduziria no fim de contas não apenas à desorganização da cultura mas também à inanição, às moléstias em grande escala, à ruína da eficiência pessoal e em conseqüências, também, ao despovoamento.

Uma vez que o funcionamento coletivo e integral de uma cultura, superior ou inferior, supre os meios para a satisfação de necessidades biológicas, cada aspecto da produção coletiva, no sentido mais amplo da palavra, é biologicamente tão necessário quanto a plena e adequada execução de todas as seqüências vitais. Nas culturas primitivas o apêgo à tradição, frequentemente descrito como conservador, servil, ou automático, é perfeitamente compreensível através da consideração de que quanto mais simples são o conhecimento humano, as habilidades manuais e o equipamento material, tanto mais definitivamente devem ser mantidos no nível de funcionamento eficiente. Há muito poucos instrumentos para usar como alternativa, e o número dos que são portadores do conhecimento e da tradição é limitado. Por êste motivo, o apêgo ao que é

conhecido e ao que pode ser eficientemente feito tem de ser grande.

Numa cultura altamente desenvolvida temos todo um conjunto de instrumentos específicos para assegurar êste apêgo a nossa tradição científica, a nossa organização econômica, e à exatidão de nossa transmissão simbólica de idéias e princípios.

Aqui, se quiséssemos pôr à prova nosso princípio de urgência e necessidades derivadas, poderíamos muito bem referir-nos à dramática demonstração dêle na atual situação histórica do mundo. As guerras mundiais totais não são desencadeadas simplesmente por instrumentos de destruição. Aqui, obviamente, o objetivo final desta abordagem instrumental é também biológico: a exterminação de organismos humanos. Indiretamente, contudo, no caso, também o exército vitorioso muitas vezes realiza seus fins desorganizando e confundindo os oponentes, forçando-os assim a se renderem. A guerra total, todavia, tem suas concomitantes em batalhas econômicas, na guerra de nervos e na propaganda. Vemos aqui que se numa guerra econômica uma grande nação pode impor condições de fome ou mesmo desnutrição, a rendição será realizada pela ruptura de uma aparelhagem instrumental de produção de alimentos organizados ou de sua importação. Se, por meio de guerra econômica, o suprimento de matérias-primas para a produção industrial pode ser cortado, destruído, ou subvertida a mão-de-obra, vemos uma vez mais como indiretamente e através de inúmeras artimanhas a destruição de um dispositivo instrumental de grande porte afetará a eficiência biológica de uma grande comunidade moderna. Por trabalho de sapa ou sabotagem da organização, do moral e das relações simbolicamente complementadas entre o povo, um Estado organizado pode, sob condições de guerra, derrotar outro. A propaganda, por meio de táticas de quinta-coluna, às vezes introduz o que podia ser chamado um simbolismo sociologicamente desorientado. Quando, no esmagamento da Noruega, foram dadas ordens traiçoeiras a unidades norueguesas por agentes alemães, essas foram ordens simbólicas corretamente formuladas no errado, ou seja, uma posição de autoridade falsamente assumida.

Um exame mais completo de processos concretos em todos êstes fatos mostraria que a guerra, com suas batalhas de vio-

lência, ataque econômico e propaganda, torna-se eficiente como meio de coerção somente quando atinge finalmente o nível biológico do bem-estar humano. Matar, mutilar, expor a tremendos ruídos e dramas visuais são coisas que atuam sobre o corpo e o sistema nervoso. Confusão tal como a que ocorreu nas aterrorizadas áreas da Holanda e da França, com o completo abandono da terra pelos refugiados, as estradas congestionadas, pessoas expostas ao frio e à intempérie, foram, todos estes, fatos que poderiam ser descritos apenas em termos de corpos humanos e de sofrimento físico, e de desordem nos movimentos humanos diretos.

Podemos assim ver, antes de mais nada, que as necessidades derivadas têm a mesma força que as necessidades biológicas, e que esta força é devida ao fato de que elas estão sempre instrumentalmente relacionadas com as exigências do organismo. Vemos também como e onde elas penetram a estrutura do comportamento humano organizado. Vemos, finalmente, que até atividades altamente derivadas tais como aprendizagem e pesquisa, arte e religião, direito e ética, relacionadas como são com desempenho organizado, com tecnologia, e com exatidão de comunicação, são também definitivamente relacionadas, se bem que em diferentes graus, à necessidade de sobreviver dos seres humanos, de manter a saúde e um estado normal de eficiência orgânica. Em tudo isso, mal se torna necessário enfatizar que nossos conceitos e argumentos nunca se movimentaram fora do nível empírico de análise indispensável a uma plena compreensão, ou seja, a uma descrição correta, objetiva e adequada dos fatos.

Resta agora apenas tabular nossos resultados e definir os verbetes clara e resumidamente. A sinopse que se segue define, na primeira coluna, os imperativos instrumentais de cultura até agora encontrados em nossa análise. Estão também enumeradas em resumo as respostas culturais a esses imperativos.

IMPERATIVOS	RESPOSTAS
1. A aparelhagem cultural de implementos e bens de consumo deve ser produzida, usada, conservada e constituída por nova produção.	1. Economia

IMPERATIVOS	RESPOSTAS
2. O comportamento humano, no tocante aos seus preceitos técnicos, legais, costumeiros ou morais deve ser codificado, regulamentado em ação e sanção.	2. Controle social
3. O material humano com o qual cada instituição é mantida deve ser renovado, preparado e provido com pleno conhecimento da tradição tribal.	3. Educação
4. A autoridade dentro de toda instituição deve ser definida, aparelhada com poderes e meios de executar pela força suas ordens.	4. Organização política

Não há necessidade de começarmos pela primeira série de verbetes. Já mostramos por que deve ser considerado um novo tipo rigoroso e impositivo de imperativos derivados no comportamento humano. Mostramos também o processo de derivação, e assim vinculamos o determinismo instrumental das atividades culturais com a fonte básica desse determinismo, ou seja, as exigências biológicas.

No tocante à segunda coluna, é claro que as atividades econômicas sempre fazem parte de instituições mais gerais, tais como a família, o clã, a municipalidade, a tribo política ou o grupo de idade. Às vezes, mesmo em níveis primitivos, os seres humanos se organizam em princípio para instituições específicas. Uma equipe de coletores de alimentos, um bando organizado para a caça e a pesca, um grupo de pessoas que executa conjuntamente o trabalho agrícola da comunidade são fundamentalmente instituições econômicas num nível primitivo. À medida que a cultura se desenvolve, aparecem os grupos produtores, comercializadores e consumidores. Nas culturas mais adiantadas, a organização da indústria, finanças, bancos, cooperativas e associações de consumidores mal necessita ser mencionada como típicas instituições predominantemente econômicas.

É importante, todavia, compreender que o sistema econômico de uma cultura, tomado como um todo, subentende não apenas o inventário descritivo de várias instituições de produção, troca e consumo de bens, mas também uma análise em termos de princípios gerais que controlam a economia de uma

comunidade como um todo. A Economia é o estudo da produção, troca, distribuição e consumo da riqueza. A riqueza difere profundamente ao longo da linha de nível evolutivo, ou seja, ou concepções de valor definido pela tradição. O estudo global de todo o processo, começando com os fatores de produção, a organização da troca e da distribuição, e a maneira pela qual a riqueza é parcialmente consumida, parcialmente usada como instrumento de poder, lida com esses princípios gerais que controlam toda instituição econômica específica dentro de uma determinada cultura, e é adicional ao estudo de toda instituição específica. A teoria econômica clássica tem de ser em parte posta à prova, em parte remodelada em termos mais elásticos ao definir conceitos tais como terra, trabalho, capital, e a organização de empresas em níveis em que esses termos não possam ser tomados por empirismo de nossa própria cultura.

Não obstante, na minha opinião, a estrutura geral da teoria clássica é aplicável, com modificações. Certamente a análise da "terra", ou seja, de todos os recursos ambientes em termos de direitos de propriedade, uso selectivo, e apreciação em termos de mitologia, magia, religião e patriotismo local, é indispensável. A organização do trabalho em relação à "terra", mas que é fundamentalmente ligada com a diferenciação doméstica de funções ou com o sistema de cli ou com alguma forma de estratificação social culminando em escravidão, é um problema descritivo para o pesquisador de campo e forneceria uma teoria geral das atitudes econômicas do homem, com valioso material comparativo. O conceito de capital como um corpo de riqueza instrumental, incluindo talvez alimentos armazenados, é tão útil na Economia primitiva como na teoria clássica. A organização da comercialização e troca conduz obviamente à questão de troca com um simples sinal de boa vontade. Um problema de algum modo complexo surge no tocante aos mecanismos e assentamentos antropológicos e o uso vago do conceito de moeda. Na verdade, o antropólogo podia ter prestado grande soma de serviço à história do desenvolvimento econômico e à nossa compreensão da moeda se tivesse analisado este conceito em suas partes componentes elementares, e estudado o uso

de certos artigos como padrões de valor, como meios comuns de troca e como medidas de pagamento protelado, e fornecido elementos para a história do desenvolvimento gradual e integrado do dinheiro como um meio geral nas transações comerciais.

Não precisamos, contudo, alongarmos-nos aqui sobre os tecnicismos nos métodos e princípios da Economia primitiva. O ponto principal é que o problema da resposta funcional à necessidade de permanente renovação da aparelhagem material estabelece uma abordagem e uma perspectiva teórica que não são completamente abrangidas pela análise institucional concreta. Temos aqui uma questão funcional específica de como a cultura, como um mecanismo integral, é organizada de modo a satisfazer os imperativos instrumentais por um sistema consistente e coerente de respostas típicas. Uma tal resposta contém a menos nos conduziria — a uma definição mais completa do que queremos dizer por determinismo econômico, ou pela quota econômica e motivação econômica numa rede de comportamento complexo executado sob o princípio da motivação múltipla. Pessoalmente, eu definiria *econômico* na sua forma adjetiva como este aspecto do comportamento humano que está ligado com a propriedade, isto é, o uso do direito de dispor de riqueza, ou seja, bens materiais específicos, também o conceito de valor econômico, essa tendência específica culturalmente determinada no sentido da apropriação exclusiva de certos direitos de usar, consumir e gozar a posse material com exclusão de outros.

No tocante ao nosso segundo verbete — controle social — este declara que em cada comunidade têm de ser encontrados meios e maneiras pelos quais os membros se tornem conhecedores de suas prerrogativas e deveres; que há razões e mecanismos propulsores que mantêm todo indivíduo, de modo geral, no pleno desempenho de seu dever, e assim também na adequada satisfação de seu privilégio; que em caso de desvio ou quebra de compromisso, há alguns meios para o restabelecimento da ordem e da satisfação das reivindicações não-cumuladas. A ausência de instituições legais claramente cristalizadas em algumas sociedades simples tem frequentemente levado o etnólogo a ignorar este problema funcional. A maneira pela

qual o formulamos aqui, todavia, demonstra que, para uma necessidade permanente e compulsória, embora derivada, deve ser dada uma resposta definida e adequada. Por isso, no caso, novamente, nossa abordagem é fundamentalmente um apêlo para uma pesquisa mais completa, melhor orientada e mais efetiva, no campo. O principal ponto de orientação aqui seria que é necessário estudar a maneira pela qual as várias regras são inculcadas no indivíduo durante a duração de sua vida. Isso obviamente faz parte do problema educacional. Mas aqui o que podia ser chamado a abordagem normativa ou legal reorientaria a atenção dos observadores para a maneira pela qual o adestramento, a partir de suas fases iniciais até as plenas iniciações ou aprendizagem tribais, não apenas impõe geral respeito e obediência à tradição tribal mas também revela ao indivíduo as conseqüências e penalidades por desvio ou ruptura da mesma. Verificaríamos, provavelmente, que muitas vezes o elemento de força ou violência coercitiva aparece na fase de adestramento e disciplina, ao invés de punição pela ruptura do costume. A autoridade dos pais é notoriamente frouxa e branda entre os chamados povos primitivos. Há, contudo, outras agências de adestramento coercitivo que suplementam ou substituem a autoridade doméstica: o grupo de companheiros de brincadeiras, a rígida disciplina dos campos de iniciação, a severa aprendizagem que prepara o menino ou o rapaz para participar de empreendimentos econômicos ou atividades militares e um sistema organizado de sanções na linha de desenvolvimento educacional ou biológico. Aqui, também, o bom pesquisador de campo teria de compreender mais completamente a maneira pela qual a opinião pública exerce sua pressão a partir da meninice até a maturidade.

Novamente, numa idade mais avançada, quando o indivíduo maduro se torna membro de uma instituição, a maioria das sanções que o obrigam a desempenhar seu papel corretamente são devidas não ao exercício organizado de autoridade central dentro do grupo, quer este seja o chefe de um grupo doméstico, o líder de um clã, o dirigente de uma municipalidade ou o chefe de uma pequena tribo. As mais rigorosas forças coercitivas resultam da concatenação de serviço e contra-serviço, da força propulsora de uma compreensão empiricamente fundamentada de que um colaborador negligente, incompetente ou

desonesto gradualmente debanda da instituição e cai em ostracismo ou é expulso. Ele assim, gradualmente, se afunda para a posição de mais ou menos completa insignificância e ineficiência, da qual só se pode erguer por uma mais escrupulosa e adequada reassunção de seus deveres. É num estudo minucioso, concreto e compreensivo do aspecto normativo da vida primitiva que aprendemos a compreender a natureza real do que é geralmente descrito como "a servil aderência dos primitivos a regra, costume e tabu". No tocante à educação, temos de declarar aqui simplesmente, uma vez mais, que há poucas instituições específicas, e que os processos de adestramento, de instrução, de implantação de atitudes e maneiras corretas são inerentes ao funcionamento de toda instituição. O mais importante destes, obviamente, é o grupo doméstico, mas apurar-se-á que toda instituição organizada provê aprendizagem específica, na qual o membro recém-incorporado tem, em primeiro lugar, de aprender as regras de comércio, de dever social, de etiqueta e de ética.

Nossa definição do aspecto político na organização humana pode ser reduzida ao uso da força direta por indivíduos detentores de autoridade sobre os outros membros do grupo. Começando de observações das ocasiões nas quais a violência corporal realmente ocorre, das técnicas e limitações legais das mesmas e dos motivos pelos quais é permitida, estudaríamos então como ela é gradualmente transformada em atitudes de obediência e aquiescência limitadas e justificadas, por um lado, ou até de tirania e abuso de poder, por outro. Obviamente aqui a organização da violência será definitivamente relacionada com a posição do grupo no tocante a outros que com ele vivam, seja em termos pacíficos ou sob condições de guerra.

*Imperativos Integrativos da Cultura Humana*

A TRAVÉS de todos os nossos argumentos temos subentendido que as regras de conduta são conhecidas, e que são transmitidas pela tradição. Em nosso conceito de estatuto, que é crucial para a nossa análise institucional, falamos a respeito de códigos de regras constitucionais, acerca de idéias mitológicas e a propósito de valores que alimentam e integram o comportamento de um grupo organizado.

Tudo isso ainda permanece de certo modo no ar enquanto não podemos definir, em termos de nossa análise de cultura, fenômenos tais como a linguagem, a tradição oral ou escrita, a natureza de alguns conceitos dogmáticos dominantes, e a maneira pela qual preceitos morais sutis são incorporados ao comportamento humano. Todos sabem que tudo isso está baseado fundamentalmente em instrução verbal ou textos lingüísticos, isto é, no domínio total do simbolismo. Tentarei mostrar aqui que o simbolismo é um ingrediente essencial de todo comportamento organizado; que êle deve ter surgido com o mais remoto aparecimento de comportamento cultural; e que é um assunto que pode ser submetido a observação e análise teórica em termos de fato objetivo, na mesma extensão em que podemos observar artefatos materiais, movimentos coletivos de grupos, ou definir a forma de um costume. A tese central aqui sustentada é que o simbolismo, na sua natureza essencial, é a modificação do organismo original que possibilita a transformação de uma tendência fisiológica num valor cultural.

Ao discutir êste problema com referência a culturas muito simples, e em termos de "origens", usaremos uma vez mais o processo de examinar os fenômenos culturais tanto os simples

como os complexos e identificar as implicações permanentes e inevitáveis que controlam cada fase do comportamento cultural. Assim, o conceito de origens significa para nós simplesmente as condições mínimas necessárias e suficientes para a distinção entre atividade pré-cultural e atividade cultural. Fôssemos considerar algumas das mais essenciais adaptações entre o homem e seu ambiente, tais como abrigo, calor, vestuário, alimento ou armas, verificaríamos que elas subentendem modificações tanto no ambiente como no organismo. Êste princípio geral obviamente vai do nível mais elevado ao mais baixo, e é um princípio que já fundamentamos inteiramente. Enfrentemos por um momento a situação imaginária de nascimento da cultura. Sustento que de nosso conhecimento da moderna psicologia de estímulo-resposta, de adestramento animal, de psicologia infantil, assim como de prova etnográfica, podemos reconstruir não o momento e a forma exatos em que a cultura nasceu, mas certamente as condições necessárias e suficientes para a transformação do comportamento animal em comportamento cultural. Sabemos que não apenas os macacos, tais como os que foram usados nos estudos de Yerkes, Köhler e Zuckermann, mas também todos os animais que representam, dos elefantes às pulgas, e certamente os ratos, as cobaias e cachorros usados por Pavlov, Bechterev e Hull, podem desenvolver hábitos muito complexos. A elasticidade e o alcance de sua aprendizagem são limitados, mas vão muito longe no sentido de demonstrar que os animais podem inventar, ser ensinados a usar instrumentos, manejar aparelhos complexos, apreciar símbolos de valor e dêste modo satisfazer suas necessidades primárias pelo que é, com efeito, uma aparelhagem cultural razoavelmente complexa.

A partir dêste material já podemos enunciar uma série de princípios gerais. Uma vez que o problema do estudioso da cultura difere profundamente daquele do psicólogo, nosso enunciado não estará completamente de acôrdo com a teoria geral de psicologia de estímulo-resposta, a qual está agora em processo de gradual elaboração. O psicólogo de estímulo-resposta está fundamentalmente interessado na análise completa do processo de aprendizagem. Para o estudioso da cultura o valor desta pesquisa repousa principalmente na situação total e em tôdas as agências de aprendizagem. Assim, por exemplo,

o psicólogo está principalmente interessado no seu próprio papel e desempenho, e muito freqüentemente toma como dado o ambiente geral do experimento. O mesmo não ocorre com o estudioso da cultura.

A maneira pela qual nós, antropólogos, podemos projetar a situação experimental do animal sobre os albores da cultura é isolando os principais fatores que devem estar presentes se o hábito tiver de ser formado. Os ancestrais pré-humanos de nossa espécie foram obviamente capazes de descobrir certos artifícios para levar a cabo hábitos individuais e utilizar em tal realização certas instrumentalidades. O conjunto essencial de fatores determinantes indispensáveis para toda essa realização foi, em primeiro lugar, a existência de uma forte tendência orgânica, tal como a provocada pela necessidade de nutrição, ou pela necessidade reprodutiva, ou o conjunto complexo que rotulamos como confortos corporais. A tendência apareceria como fome, anseio sexual, dor, fuga de perigo iminente, e evitação de circunstâncias e condições prejudiciais. A equivalente da aparelhagem condicionante deve ter sido a ausência de satisfação direta, juntamente com certas instrumentalidades que possibilitam ser atingido o objetivo. A pormenorizada descrição que faz Köhler de como os chimpanzés em cativeiro eram capazes de obter alimento, companhia e outros fins desejáveis por uma estimativa claramente instrumental indica que, sob condições naturais, os antropóides mais evoluídos ou os ancestrais humanos pré-culturais seriam também capazes de selecionar objetos, imaginar técnicas e assim ingressar na ação instrumental ainda que pré-cultural. Tais hábitos podiam ter sido individualmente mantidos sob os mecanismos de reforço, ou seja, da satisfação que acompanha a ação instrumental. Em termos de nossa análise cultural, o reforço não é nada mais que a conexão direta dentro do organismo individual entre a tendência, a instrumentalidade e sua satisfação.

Podemos assim imaginar que instrumentos, armas, abrigos e métodos efetivos de corte podiam ser descobertos, inventados e transformados em hábitos individuais. Todos esses desempenhos ou realizações individuais subentenderiam para o indivíduo pré-cultural, como subentendem para o animal, a apreciação de um objeto material como um implemento, de seu uso como um hábito reforçado, e da integral conexão entre ten-

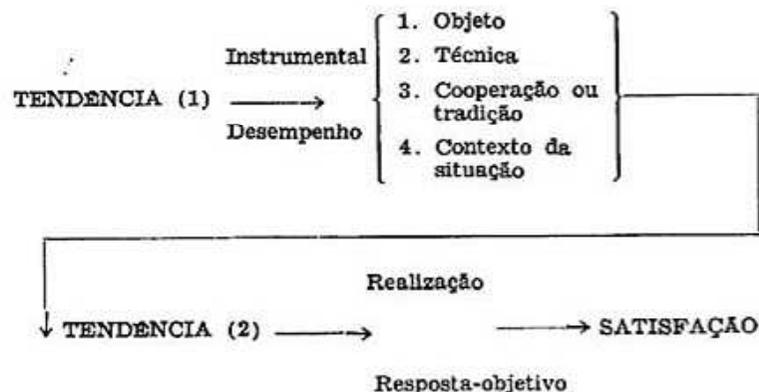
dência, hábito e satisfação. Em outras palavras, artefato, norma e valor já estão presentes na aprendizagem animal, e provavelmente estavam presentes no comportamento pré-cultural dos macacos antropóides e do notório "elo perdido". Ainda assim, uma vez que tais hábitos tinham de ser individualmente improvisados e não se podiam tornar base de comportamento aprendido para todos os indivíduos de uma comunidade, não podemos falar ainda a respeito de cultura. A transição entre as realizações e capacidades pré-culturais de animais, e a permanente organização de atividades estável, que chamamos cultura, é marcada pela distinção entre hábito e costume. Com esta também temos de registrar a distinção entre os instrumentos improvisados e o corpo de artefatos transmitidos tradicionalmente; entre as formas inventadas e reinventadas de hábito e as regras tradicionalmente definidas entre a realização esporádica e individual e o comportamento de grupo permanentemente organizado.

Tudo isso gira em torno da capacidade de um grupo para incorporar os princípios de realização individual na tradição que pode ser comunicada a outros membros do grupo e também, o que é ainda mais importante, transmitida de uma geração para outra. Isso significa que através de um meio ou de outro cada membro da comunidade podia tornar-se cômico da forma, material, técnica e valor de um instrumento técnico, de um método de obter alimento, segurança ou um companheiro. Antes de investigarmos os meios exatos pelos quais todos esses elementos de conhecimento, organização e apreciação podiam ser padronizados, temos de declarar que o processo subentende definitivamente a existência de um grupo e também a existência de uma permanente relação entre seus membros. Assim, qualquer discussão de simbolismo fora de seu contexto sociológico é fútil, como qualquer suposição de que a cultura podia ter origem sem o simultâneo aparecimento de artefatos, técnicas, organização e simbolismo. Em outras palavras, o que já podemos declarar é que as origens da cultura podem ser definidas como a integração confluyente de várias linhas de desenvolvimento: a capacidade de reconhecer objetos instrumentais, a avaliação de sua eficiência técnica, e seu valor, ou seja, seu lugar na seqüência intencional, na formação de vínculos sociais e no aparecimento de simbolismo.

*A Seqüência Vital  
Instrumentalmente Implementada*

FORMULAMOS nossa análise funcional a partir do conceito de seqüência vital, isto é, da relação entre tendência, sua realização fisiológica, e o estado de satisfação orgânica. Será útil incorporar nossa nova análise ao diagrama anterior.

DIAGRAMA DE SEQUENCIA INSTRUMENTAL



Temos aqui, representado diagramaticamente, o equivalente cultural da seqüência vital. Esta representa a fase de comportamento humano que é típica de toda e qualquer atividade ligada com a satisfação de necessidades. A diferença entre este e o nosso diagrama anterior consiste, em primeiro lugar, na inserção do desempenho instrumental, que se torna um elo

essencial na série pragmática. Também duplicamos o verbete *tendência* e o distinguimos por índices numéricos. Isso representa o fato de que a tendência inicial que se manifesta em toda aprendizagem animal, no comportamento animal depois que o hábito foi adquirido e em todas as atividades culturais humanas, não conduz diretamente ao objetivo mas às instrumentalidades através das quais o objetivo pode ser atingido. Não precisamos estendermo-nos a respeito disso, uma vez que grande parte de nossa argumentação anterior relaciona-se com este fato.

A "Tendência (2)" representa o fato de que, depois que a fase instrumental foi adequadamente realizada, a tendência imediata de apetite por nutrição ou sexo, de remoção de dor ou condições prejudiciais ao corpo, conduz diretamente ao desempenho fisiológico, quer este seja positivo ou negativo, à satisfação de prazer ou à remoção de dor. Todavia, é claro que o reforço também se refere à situação em que a "Tendência (2)" pode ser efetivamente satisfeita. Uma vez que o desempenho instrumental é uma parte integrante da série, o reforço, ou como os psicólogos gostam de chamá-lo, o reforço secundário, adere à ação instrumental como um todo e a todas as suas partes componentes: o artefato, a técnica, as regras de cooperação e o contexto da situação. Todos esses elementos se tornam impregnados com o tono agradável, fisiologicamente determinado. Eles se tornam, de uma maneira derivada ou secundária, objetos de desejo; eles se tornam impregnados com o tono agradável característico da execução, com êxito, de uma seqüência vital. O organismo, em suma, reage aos elementos instrumentais com a mesma ou pelo menos com uma força apetitiva semelhante à que emprega para com objetos que o recompensam diretamente com prazer fisiológico. Podemos definir este forte e inevitável apêgo do organismo a certos objetivos, normas ou pessoas que são instrumentais para a satisfação da necessidade do organismo, pelo termo *valor*, no sentido mais amplo da palavra. É interessante notar que, em grande parte, já havíamos prefigurado os principais elementos do simbólico na cultura. Porque simbolismo, na maneira mais tôca pela qual é freqüentemente definido, significa que alguma coisa representa qualquer outra coisa, ou que o sinal ou símbolo contém em si uma idéia, uma emoção, ou alguma outra porção

da substância introspectivamente conhecida da "consciência". Veremos que tôdas essas definições estão contaminadas pela metafísica, e que, na realidade, o simbolismo é fundamentado não em uma misteriosa relação entre o sinal e o conteúdo da mente humana, mas entre um objeto, um gesto e uma ação e sua influência sobre o organismo receptivo. Vimos como, através da extensão instrumental da seqüência vital, um objeto, um gesto técnico, a presença de outra pessoa e seu comportamento tornam-se chamamentos ou incentivos ao desempenho de uma atividade instrumental. Nosso diagrama ilustra que o implemento, ou técnica ou mecanismo cooperativo necessários são gradualmente transformados num sinal pragmático da mesma maneira que o alimento é um símbolo pragmático para um organismo faminto ou uma fêmea para um animal macho e vice-versa, e a água para o sedento ou o fogo para o frio. Temos ainda de mostrar, contudo, mais completamente, como o simbolismo inerente de desempenho instrumental é tornado público, adequado, permanente e transmissível.

Antes de chegarmos a isso, todavia, estaremos interessados em demonstrar que nossa análise instrumental de comportamento corresponde intimamente ao nosso conceito de instituição e suas partes componentes. O diagrama acima contém como uma definição de desempenho instrumental os itens, objetos, técnicas, a cooperação e transmissão, assim como a situação. Em análise concreta isso significa que os seres humanos realizam seus fins usando artefatos dentro de um meio ambiente definido, por cooperação direta senão por cooperação tradicional que significa revalidação dos processos empíricos estabelecidos; e, obviamente, em tudo isto, obedecem às técnicas tradicionais aprendidas de sua cultura. Comparando este com o diagrama anterior (pág. 118), podemos ver que a aparelhagem material corresponde diretamente à situação ambiente e aos objetos usados. As técnicas e regras de cooperação seriam colocadas sob o nosso título de *normas*. O conceito de cooperação obviamente se refere a pessoal, e assim também o de aprendizagem tradicional, uma vez que esta apenas pode ser obtida com o fato da organização. Onde situaríamos nossos dois conceitos de "Tendência (1)" e "Tendência (2)"? Poderíamos acrescentar, entre parênteses, que a divisão da tendência em dois componentes é um artifício de abstração necessário. Isso ilustra

o fato de que a tendência é uma pressuposição necessária do instrumental, bem como de qualquer seqüência vital simples. Na realidade, contudo, temos de lembrar sempre que a tendência é integral e que ela age exatamente através da seqüência, controlando tôdas as suas fases e invariavelmente conduzindo à etapa final, a da satisfação. Nosso artifício de dividir este conceito, todavia, ilustra o fato de que todos os elementos no desempenho instrumental recebem seu valor porque as etapas iniciais do impulso conduzem o organismo condicionado ao cabedal instrumental, dotando-o, assim, de valor cultural. A "Tendência (2)", baseada diretamente sobre o impulso orgânico, e reforçada por satisfação, fornece o reforço a todos os elementos instrumentais por estarem inseparavelmente vinculados à "Tendência (1)".

Vimos agora que o que havíamos definido como estatuto, ou seja, os valores, programas e princípios de comportamento organizado tradicionalmente estabelecidos, corresponde uma vez mais, plena e diretamente, a nosso conceito de tendência até o ponto em que este é culturalmente reinterpretado. Essa reinterpretação cultural, novamente, significa que a tendência opera de uma dupla maneira, primeiro pela demonstração do valor da aparelhagem e da cota instrumental no desempenho, e depois reaparecendo como uma "Tendência (2)" culturalmente determinada, ao conduzir o ato culturalmente reinterpretado a sua consumação. Ao verbete de atividades corresponde claramente a série instrumental como um todo, até o ponto em que ela é observada na execução real e não analisada em seus fatores constituintes. A diferença, para torná-la clara uma vez mais, é que observamos na pesquisa-de-campo os fatores constituintes da série em sua forma ideal, tradicionalmente definida. No desempenho real, estudamo-los com todos os desvios inerentes, imperfeições e fracassos ocasionais. O conceito de função, como aparece no nosso diagrama inicial, obviamente é a vinculação entre satisfação e tendência. Mais completamente, uma vez que o nosso diagrama institucional se refere não a uma única ação, mas à soma total das instrumentalidades ligadas com tôdas as tendências de um certo tipo, a função significaria aqui a ordem de, instrumentalidades determinadas com referência às tendências complexas e às múltiplas satisfações de uma necessidade. Para tornar, aqui, claro o

nosso argumento, projetemos uma vez mais a análise em um novo diagrama de psicologia em termos de estímulo e resposta e, mais concretamente, de nossa aplicação da mesma através do conceito de seqüências vitais instrumentalmente implementadas.



Podemos tirar rapidamente umas poucas conclusões importantes em qualquer análise cultural. Nossa teoria de seqüências instrumentais, formulada diagramaticamente, mostra que o conceito de tendência jamais pode ser eliminado de qualquer desempenho cultural, simples ou complexo. A razão por que um artefato, um hábito ou uma idéia ou crença se torna permanentemente incorporado numa cultura, primitiva ou civilizada, é que ele entra numa série instrumental em uma fase ou outra, e permanece como parte integrante de uma série instrumental. O psicólogo animalista nos ensina um fato importante: um hábito que não é reforçado torna-se não-aprendido, "extinto". Ele desaparece. Podemos aplicar isso à cultura. Nenhum sistema decisivo de atividades pode persistir sem ser ligado, direta ou indiretamente, com necessidades humanas e suas satisfações. A compreensão de qualquer elemento cultural deve implicar, entre outras coisas, a definição de seu relacionamento, instrumental ou direto, com a satisfação de necessidades essenciais, quer estas sejam básicas, isto é, biológicas, ou derivadas, isto é, culturais. Quando um hábito deixa de ser recompensado, reforçado, ou seja, vitalmente útil, ele simplesmente desaparece. Esta é, em outras palavras, nossa crítica de "sobrevivência", traços sem significação, forma

irrelevante ou conceitos similares usados como artifícios ilegítimos de argumentação na obra reconstrutiva de certas teorias evolucionistas ou difusionistas.

Outra conclusão é que, uma vez formalmente demonstrada, a série vital instrumentalmente ampliada se torna rigorosa. Verificamos que a abordagem educacional ou biológica ao estudo de formação da personalidade, e o ingresso do indivíduo nos vários sistemas organizados de atividades, é uma parte essencial de toda a compreensão cultural. Esta análise podia ser, de novo, ampliada de forma a mostrar que toda incorporação de um organismo individual numa série instrumental conduz consigo um elemento legal. A imperfeição do desempenho técnico, a desobediência às regras de cooperação e o mau trato de objetos ou pessoas prevêm, em suma, a punição final do organismo pelo malôgro da seqüência instrumental. A punição recebida pelo organismo da aparelhagem material, dentro de uma seqüência instrumental, é provavelmente a mais antiga e mais eficiente medida disciplinar fornecida por todas as atividades culturais para a regulamentação do comportamento do homem. Vemos, novamente, que o princípio econômico, em termos de valor realizado através de esforço, assim como da circunstância de que a parte instrumental de nossa série é a que é mais variável, ou seja, intermutável, é uma vez mais colocada no mapa de análise cultural.

A aparelhagem, complexa, pesadona, alicerçada material assim como socialmente, constitui o meio através do qual e no qual os seres humanos satisfazem as necessidades básicas constantes. Essa aparelhagem também lhes permite desenvolver novas necessidades e, como vimos de nosso conceito de dupla tendência, leva à criação de novos desejos e novas tendências. Essa aparelhagem tem de ser carregada como um todo para benefício daquele grupo que a exerce conjuntamente. Tem de ser continuada com plena eficiência, ou de outra maneira o grupo cujas necessidades — e isso se refere mesmo às necessidades orgânicas básicas — não puderem ser atendidas por mera subsistência animal fornecida no ambiente não sobreviveria.

Convém acrescentar mais uma generalização. Na evolução biológica o conceito de sobrevivência dos mais aptos e a luta pela existência ainda conserva sua importância fundamental, a despeito de certas correções impostas pelos discípulos de

Darwin. O Príncipe Kropotkin estava positivamente certo ao notar que a ajuda mútua entre indivíduos de uma comunidade cooperativa é o conceito dominante, ao passo que a luta entre indivíduos por sua sobrevivência não pode ser aplicada a sociedades humanas como um todo. Não poderíamos, inteligentemente e com alguma possibilidade de prova documental, aplicar o conceito de luta pela vida a comunidades primitivas; pelo menos não no sentido de presumir um estado de guerra permanente, de extermínio dos grupos mais fracos e de expansão dos mais fortes às custas dos derrotados ou destruídos. Podemos, todavia, aplicar o conceito de valor de sobrevivência a culturas. Isso provavelmente não se acasalaria aqui com qualquer conceito de luta, mas antes com o de competição, dentro de culturas e entre culturas. Poderíamos afirmar que o fracasso dentro de qualquer cultura no tocante à eficiência instrumental, artefatos, cooperação ou exatidão simbólica conduziria inevitavelmente à extinção gradual de toda a aparelhagem cultural.

Poderíamos acrescentar que o conceito de difusão por contato é muito útil aqui. Uma cultura decadente significaria redução no número de seus membros, uma incapacidade de adaptação e um parcial retorno do estado cultural para o estado animal. Todavia, uma vez que a cultura provavelmente se desenvolveu simultaneamente entre vários grupos, poderíamos presumir que a decadência de uma cultura poderia ser remediada ou pela incorporação do grupo decadente à cultura mais eficiente, ou por troca ou adoção, em suma, a difusão de certos instrumentos do nível mais elevado para o nível mais baixo de cultura. Seja lá como for — e aqui, como sempre, evitamos quaisquer visões reconstrutivas demasiado concretas e específicas — o princípio de que certas eficiências orgânicamente determinadas da aparelhagem cultural podem ser colocadas como os fatores determinantes de sua estabilidade, vitalidade, oportunidades de organização e desenvolvimento deve ser considerado como a base do tratamento funcional da cultura, como o sistema em gradual desenvolvimento de adaptações adequadas do organismo humano e de grupos para a satisfação de necessidades básicas e para a gradual elevação do padrão de vida dentro de um ambiente dado.

## A TEORIA FUNCIONAL